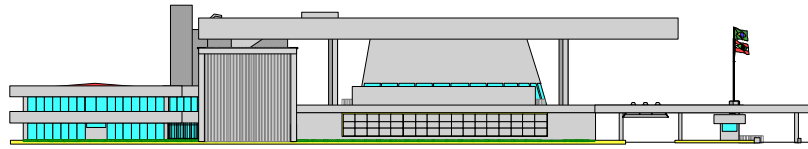


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE NOVEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.582

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 976**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 124ª Sessão Ordinária
realizada em 17/11/1998 2
Ata da 125ª Sessão Ordinária
realizada em 18/11/1998 10
Ata da 126ª Sessão Ordinária
realizada em 19/11/1998 19
Ata da 127ª Sessão Ordinária
realizada em 23/11/1998 25

PLENÁRIO

ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 17 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do Sr. Deputado Júlio Teixeira, que cria a Microrregião do Vale Norte de Santa Catarina, com sede na cidade de Ibirama.

OFÍCIOS NºS:

0105/98, do Sr. Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, encaminhando proposta anexa de Emenda Constitucional, que altera o Inciso III do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

0138/98, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Tangará, comunicando, conforme Decreto nº 13/98, foi decretado Situação de Emergência no Município;

0216/98, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Tangará, solicitando intervenção no que diz respeito a regulamentação da Lei de Rádios Comunitárias;

1188/98, do Sr. Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de parcelas ao Programa Habitar-

Brasil;

1402/98, do Sr. Diretor de Serviços da TELESC, reportando-se ao Telefax, que solicita a instalação de um telefone público na comunidade de São Pascoal, Município de Irineópolis;

1406/98, do Sr. Gerente da Secretaria Geral da Presidência da TELESC, reportando-se ao Telefax TE/0938.0/98.

FAX:

- Do Sr. Presidente do Sindicato dos Conferentes de Cargas e Descargas nos Portos de Itajaí e Florianópolis, solicitando apoio, para que a modernização dos Portos Brasileiros deverá ser feita de uma gradual e negociada, não cabendo a imposição de normas via Medidas Provisórias.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do Expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, esta Presidência registra, com satisfação, a presença de alunos e professores do Colégio Estadual de Rio dos Cedros.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o Sr. Deputado Odacir

Zonta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez os pequenos agricultores do Estado de Santa Catarina, especialmente do Oeste catarinense, foram colocados numa situação constrangedora.

Foram aprovados, depois de muita delonga, em fevereiro de 1997, pelo Governo Federal, recursos para o crédito de emergência aos agricultores. Apenas no mês de setembro daquele ano foram efetivamente repassados esses recursos, mas dentro de uma condição: as Prefeituras Municipais pagariam parte dos juros, ou seja, 25% do custo financeiro, o Governo do Estado também 25% e os pequenos agricultores 50%.

O vencimento da primeira parcela ocorreu nos meses de julho e agosto deste ano, mas antes que o vencimento acontecesse, fruto da quebra de safra ocorrida pelo excesso de chuva na colheita, foi feita uma mobilização pelos agricultores, pelas entidades, cooperativas e sindicatos, pelas Prefeituras Municipais, com a participação desta Casa, para que a parcela que estava vincenda fosse prorrogada ao menos por um ano.

Esta Casa, numa decisão sábia, permitiu que o Governo do Estado autorizasse o Banco do Estado a prorrogar a parcela. Como é um recurso triangular, infelizmente nenhuma medida oficial, nenhuma atitude oficial foi tomada por parte do Governo do Estado, na condição de avalista, para que o Besc, na condição de repassador, pudesse providenciar a prorrogação da parcela.

Os agricultores, na expectativa de que isso acontecesse e na impossibilidade de pagamento, quiseram naturalmente a sua prorrogação, mas até hoje não receberam a resposta.

O mais grave é que a resposta está vindo agora do Serasa, órgão controlador do crédito da inadimplência bancária. O agricultor que tem crédito de emergência está sendo informado que faz parte da lista negra do Serasa, ou seja, está impedido de buscar novos créditos para poder fazer a sua lavoura, está impedido de buscar, até no Pronaf - Programa de Agricultura Familiar -, o financiamento de custeio. Isto está deixando o agricultor em polvorosa, humilhado.

É necessário que esta Casa - e nós vamos fazer um requerimento - imponha pela pressão uma decisão do Governo do Estado.

Foi dito desta tribuna no dia de ontem que foram bloqueados recursos para a parcela do crédito de emergência do Estado. Então, é uma questão agora de o Estado fazer a prorrogação.

O agricultor não pode pagar, não tem com o que pagar, e a oficialização da prorrogação não aconteceu!

Srs. Deputados, agora os nossos agricultores estão indo - a maioria sequer sabe o que é inadimplência no banco, sequer sabe o que é impedimento no banco - aos bancos, aos prantos, pedir clemência, pedir que não os deixem na lista negra, uma vez que não são bandidos, não são caloteiros para receber um tratamento desses.

Os bancos, numa atitude fria, mais uma vez mostram suas garras, não querem saber da situação, tratam apenas dos seus lucros, de suas vantagens, das sobretaxas e das cobranças de seus serviços. Não estão nem aí para a situação.

Então, vamos requerer, sim, à Secretaria da Agricultura, ao Besc, à Superintendência do Banco do Brasil, ao

Governador do Estado, ao Ministro da Agricultura, ao Fórum Parlamentar Catarinense as atitudes necessárias para que se concretize aquilo que o Conselho Monetário Nacional já autorizou. Que se coloque em prática essa prorrogação e se retire da lista negra do Serasa esses agricultores que são humildes, que só sabem trabalhar, produzir; que não se coloque mais um constrangimento, pois só vai afastar ainda mais o nosso pequeno agricultor da disposição de continuar produzindo.

É lamentável essa atitude! É humilhante o que está a ocorrer com o nosso pequeno agricultor do Oeste catarinense!

Tenho em mãos os comunicados recebidos por agricultores de Palmitos e de Bom Jesus do Oeste. Os Correios daquela região estão entulhados de comunicados do Serasa. Certamente, haverá uma mobilização, haverá constrangimento.

Mais uma vez estão impedindo o agricultor de trabalhar, de produzir. Desse jeito virá não uma solução para o Brasil mas virá para o mundo a era da fome, o que ninguém quer, mas que pelo jeito vai acontecer, porque da forma como estão tratando quem trabalha e produz alimentos, daqui a pouco não vamos mais encontrar ninguém que se disponha a ser humilhado para produzir alimentos, e aí nem disposições, medidas financeiras e tributárias, nem computadores, nem a química e a física, a matemática e o português e muitos menos as ideologias políticas poderão resolver o problema mundial.

Apenas o homem de mãos calejadas e as dádivas da terra são a única forma de produzir para alimentar a humanidade, mas estamos jogando fora. Aqui no Brasil e também no mundo há exagero com preocupações vãs, falta preocupação com quem trabalha e produz.

A agricultura está empobrecendo, o agricultor deixando de produzir. Esse é o lamentável quadro que estamos vendo neste País e caminhando célere por outros países do mundo.

Uma questão tão simples como o crédito de emergência, que já foi concedido para tentar minimizar uma situação criada pela natureza, agora constrange ainda mais o nosso pequeno agricultor.

Então, fica registrado nesta Casa que precisa ser encaminhado um requerimento, e estamos pedindo apoio de todos os Parlamentares.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Lício Silveira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje nós não iremos falar sobre a situação financeira do Estado, sobre a situação financeira da Celesc, que, aliás, como registra a Gazeta Mercantil de hoje, está contraindo um empréstimo de até R\$75 milhões, alguma coisa paga em energia e o restante em notas promissórias, mas este é um assunto que a minha equipe técnica está estudando, porque a minha preocupação é que a Centrais Elétricas de Santa Catarina tenha condições de exercer sua plena capacidade de trabalho no ano que vem.

Também não irei me ater aos assuntos da Casan, Srs. Deputados, mas, sim, a um assunto que ultimamente tem me

preocupado muito: os acidentes de trabalho.

Para se ter uma idéia, na década de 70 chegamos a ter o maior índice de acidente de trabalho do mundo. Nós tínhamos, naquela época, 1 milhão e 800 mil acidentados de trabalho, e V.Exas. sabem que este tipo de acidente ocorre exatamente no exercício do trabalho, podendo ser no horário de trabalho ou fora dele, não importa, mas que esteja a serviço da empresa.

Fizemos um trabalho muito grande em termos de prevenção naquela época. No Brasil, paralelamente, surgiram as instalações das Cipas, obrigatoriedade desde a década de 50, e em 70 obrigatoriedade formal mesmo. É fiscalizada pela Delegacia Regional do Trabalho, e foi implantada naquela época uma normativa com respeito aos profissionais de segurança.

Então, todas as empresas, de acordo com o risco da atividade ou a gradação do risco, se era de risco 1, 2, 3 ou 4, dependendo do número de empregados, poderiam constituir uma Cipa ou um serviço especializado em segurança, higiene e Medicina do Trabalho, ou as duas ao mesmo tempo, se o risco fosse de grau médio e o número de empregados adequado.

A Ciasc, por exemplo, que tem 300 empregados, é obrigada a ter uma Cipa, mas não necessariamente é obrigada a ter um serviço de segurança, porque a graduação de risco dela é 1, e aí os profissionais são acima de 500 empregados. Não é o caso dela, mais é o caso de outras. E com aqueles instrumentos - serviços especializados de segurança e as Cipas -, o número de acidentes no Brasil baixou violentamente, drasticamente.

Curioso é que as mortes, os acidentes fatais decorrentes do acidente de trabalho, sempre permanecem na faixa de 4 mil e 500 ou 5 mil. E até hoje, apesar de o número de acidentes de trabalho ter diminuído drasticamente, está hoje em torno de 500 mil acidentes de trabalho/ano.

Por que esses acidentes são causados? Existem diversas formas de causar acidentes. Posso classificar aqui três formas de acidentes de trabalho. Uma delas é a prática do ato inseguro. O que é a prática do ato inseguro? Nada mais é do que a maneira como o trabalhador se expõe ao trabalho, ao risco de acidentes de maneira consciente ou de maneira inconsciente. De maneira consciente seria ele saber que tem que usar um equipamento de proteção e não utilizar. Isso é um ato inseguro praticado conscientemente.

Agora, ele pode se expor a um outro risco de acidente de trabalho. Por exemplo: um determinado fio de energia elétrica desencapado, ele ignora que aquilo ali é um risco, vai lá e pega. Ele pratica um ato inseguro inconscientemente.

Srs. Deputados, 80% dos acidentes de trabalho acontecem pela prática do ato inseguro, mas temos outra causa. Disse que vou selecionar três. Há três causas aqui. Uma delas é a condição insegura do local de trabalho. A condição insegura do local de trabalho é um risco que encontramos a cada instante. Um projeto mal feito - o projeto começa já na prancheta -, mal elaborado e mal construído já é uma condição insegura. Uma instalação insalubre, com gases provenientes de chumbo ou com gases provenientes de outros metais pesados, é uma condição insegura.

Portanto, condição insegura hoje é responsável em torno por 15% dos acidentes. O fator humano já é diferente, nada mais é do

que a condição física ou mental do ser humano que se expõe a um risco de acidente. Um exemplo é uma pessoa que tem uma deficiência física ser deslocada para exercer uma atividade sem ter condições. Se o acidente for causado, se houver consequência, esse tipo de acidente é chamado fator humano. Se uma pessoa não é treinada para exercer determinada atividade junto ao equipamento e causa um acidente, isso também é considerado fator humano.

Então, fator humano intimamente está ligado ao ato inseguro e à condição insegura do trabalho. E nesse sentido é que os acidentes se encerram nesse contexto, ou seja, na prática do ato inseguro, do trabalho em condições inseguras e também o trabalho decorrente ao fator humano, ao fator pessoal.

Mas existe uma coisa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me preocupa. Hoje, apesar de os índices de acidentes típicos estarem baixando, uma coisa está aumentando: acidentes do trabalho no trajeto. E o que é acidente do trabalho no trajeto? É aquele que decorre da saída da residência até o local de trabalho, ou vice-versa.

No caso do retorno do serviço para casa, para a residência, está comprovado que estou a serviço da empresa. Isso é muito discutível, mas o fato é que o acidente de trajeto, hoje, está crescendo mês a mês, ano a ano.

E o que nós temos para minimizar esses riscos de acidente do trabalho com relação ao trajeto? Simplesmente informação e educação. Vamos adentrar com essas informações, com esse processo de formação formal ou informal nas empresas, como já se vêm fazendo, principalmente nas escolas.

Então, neste sentido, vamos procurar fazer com que o próximo Governo do Estado dê atenção mais de perto, não só aos acidentes de trabalho praticados pelas causas que nós citamos, não só pelos acidentes de trabalho, mas também pelas doenças profissionais, pelas doenças do trabalho, que ainda ocorrem muito no nosso Estado, principalmente no meio agrícola, no meio rural, pelo manuseio de agrotóxicos usados de maneira inadequada, às vezes sem a instrução devida. E também, no sul, com o trabalho nas minas de carvão, onde as pessoas, por respirarem ar impuro, adquirem uma doença chamada antracose ou silicose.

Num curto espaço de tempo, em questão de oito anos trabalhando numa mina, os trabalhadores adquirem a doença antracose ou silicose, que é absorção de poeira de sílica, ou poeira de carvão, partículas inferiores a cinco microns, que se incrustam no pulmão, cicatrizam no pulmão, que não tem cura, a pessoa perde a capacidade pulmonar, trazendo sérios problemas ao desenvolvimento do seu trabalho.

Tudo isso deverá ser estudado, revisto, para que nós possamos dar aos trabalhadores catarinenses uma ênfase no sentido de melhorar a sua cultura para enfrentar esse aspecto tão dramático, a subida do índice de acidentes de trajeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Adelor

Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero, nesta oportunidade, no horário do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, trazer mais uma vez a minha preocupação com o prejuízo que o Estado de Santa Catarina vem tendo com a não-implantação das nossas regiões metropolitanas.

É lamentável que o Governador, que sancionou a lei que foi aprovada nesta Casa, não tenha, no prazo devido, deflagrado o processo de implantação da região metropolitana, nomeando o órgão gestor da mesma, ou seja, o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Recentemente o Governo Federal, juntamente com este pacote, está liberando uma parcela do seguro-desemprego aos trabalhadores desempregados.

E esse benefício se estenderá apenas e tão-somente aos trabalhadores que residem nos Municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas. Inclusive, quando da discussão e da tramitação do projeto aqui, nesta Casa, eu disse isso muitas vezes. E agora já vemos os primeiros prejuízos para o Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Adelor Vieira, já que V.Exa. está falando em prejuízo, eu gostaria de comunicar que um ônibus, estacionado aqui, no asfalto, no lado direito, bateu num Santana, também ali estacionado, cuja placa é LZU8711.

Estamos tentando entrar em contato com o proprietário do Santana, que provavelmente é algum funcionário da Assembléia Legislativa, porque o motorista do ônibus deseja entrar em entendimento para ressarcir os prejuízos.

Agradeço pela gentileza do nobre Deputado em nos conceder este espaço.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - V.Exa., pelo que entendemos, está dizendo que o Santana é de propriedade de algum funcionário desta Casa?

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Presume-se, nobre Deputado, porque ele está estacionado aqui, no asfalto, do lado direito.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Mas eu falava do prejuízo do trabalhador, Deputado João Henrique Blasi.

Eu penso que V.Exa. também possa nos ajudar neste particular, porque pelo fato de nós já termos de direito nossas Regiões Metropolitanas, quem sabe pudéssemos inserir aqui neste contexto os trabalhadores. Porque é uma coisa puramente aleatória. Claro, como não havia possibilidade de estender para todos os trabalhadores do Brasil, optou-se pelos das grandes concentrações urbanas, ou seja, dentro das Regiões Metropolitanas.

Então, estou consultando a assessoria sobre a possibilidade de produzirmos um documento. Quem sabe uma moção ao Ministro do Trabalho, ou até mesmo ao Presidente da República, para que considerem isso, porque temos, principalmente na Grande Florianópolis, na região do Vale do Itajaí, polarizada por Blumenau, e na região do Norte e Nordeste, polarizada por Joinville, a grande concentração de trabalhadores, sendo que muitos deles desempregados, e não

poderão ficar à margem desse benefício.

Por isso, Srs. Deputados, creio que se houver uma sinalização favorável, estaremos, ainda nesta semana, produzindo esse documento com a finalidade de sensibilizar o Ministro e o Presidente da República, a fim de que se estenda esse benefício também às nossas Regiões Metropolitanas, que já estão aprovadas nesta Casa e sancionadas pelo Sr. Governador, mas ainda não têm o órgão gestor, o seu conselho de desenvolvimento metropolitano implantado.

Outro assunto que eu gostaria de me reportar na seqüência, Srs. Deputados, é sobre o entendimento que está havendo com o novo Governo e a futura Bancada de sustentação.

Não é nenhuma novidade, e a imprensa já está dando a sua divulgação, que o Governador eleito está recebendo os Deputados da futura Bancada de sustentação. É evidente que nessas audiências cada Parlamentar vai ter a oportunidade de ouvir mais de perto as propostas anunciadas no período de campanha e o que pretende o Sr. Governador eleito, ao assumir o Governo do Estado de Santa Catarina, o que ele vai implantar para cumprir seus compromissos de campanha.

Ontem tive a oportunidade de conversar com o nosso Governador eleito e levei a ele a questão da implantação das nossas Regiões Metropolitanas, com o que ele concorda, com o que ele sinalizou. Se o Governador atual não implantar as nossas Regiões Metropolitanas, sem dúvida este ato será um compromisso do futuro Governador, tão logo haja condições necessárias.

Também falávamos sobre a questão da Saúde, principalmente, Deputado Carlito Merss, a Saúde de Joinville. O que pensa o Governador eleito com relação ao Hospital Regional, que não tem dono, que num determinado momento foi entregue ao Município de Joinville, que assumiu em parte, mas parte ficou comandada pelo Governo do Estado? O patrimônio pertence ao Estado, parte dos servidores pertence ao Estado e outra parte é contratada sob a responsabilidade do Município de Joinville.

Ficou uma coisa muito difícil de se administrar, e a Saúde de Joinville está um caos. Como se isso não bastasse, iniciou-se a construção de um hospital infantil. No meu entendimento poderia ser primeiro priorizada a solução das demais unidades hospitalares do Hospital Municipal São José, que tem característica regional, o Hospital Regional propriamente dito.

Houve um capricho excessivo por uma solicitação veemente de alguns segmentos da sociedade, e lá está o hospital infantil fadado a ser mais um elefante branco, sem equipamentos, sem uma previsão de sua conclusão.

Então, levei essa preocupação na questão da Saúde não só na região Norte e Nordeste mas, também, em todo o Estado de Santa Catarina.

Para concluir, além das demais ações que sugerimos ao Sr. Governador, vou me referir ainda a mais duas: uma no sentido de se fazer uma frente de combate ao tóxico, num apoio, numa assistência à recuperação de pessoas já dependentes de drogas, e uma outra no sentido de imprimir uma maior repressão na questão do tráfico de drogas, envolvendo as Secretarias da Educação, da Saúde, da Família, da Justiça e da Segurança Pública, numa grande frente, promovendo uma ação antidrogas, a fim de minimizar o avanço desse malefício que está dizimando a nossa

população, principalmente a nossa juventude.

Por último, precisamos de uma ação na área do desenvolvimento social, utilizando as estruturas já existentes e os centros sociais urbanos.

Eu acabo de receber do Conselho Comunitário do Bairro de Iririú, do seu Centro Social Urbano, a informação da situação caótica em que se encontra. Eles prestam relevantes serviços não só a adolescentes, a jovens, como também até a terceira idade.

No entanto, carentes de recursos, carentes de apoio do Governo, vivem a mendigar, fazendo festinhas e rifas para conseguir pagar os servidores, as contas de água, luz, etc.

Essas foram algumas das reivindicações e preocupações que procuramos levar ao futuro Governador do Estado de Santa Catarina, esperando que ele possa se sensibilizar e desenvolver um bom governo.

Sabemos que serão tempos difíceis e que passaremos momentos duros, mas precisamos socorrer principalmente a nossa população mais carente. Que seja um governo voltado para o social. Muitos dizem aquela frase popular: é necessário ensinar a pescar. Mas a verdade tem que ser dita: tem muita gente que vai morrer de inanição, porque não tem condição nem mesmo de segurar o equipamento de pesca. Então, precisa se dar também o que comer.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB, por dezessete minutos.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uma solicitação, já que os dois Deputados do PMDB presentes no Plenário não gostariam de falar, no sentido de poder comentar e talvez até fazer a leitura de um pronunciamento, Deputado Herneus de Nadal, que considero um dos mais importantes dos últimos tempos do Senado Federal, feito pelo Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, que tem como título *Os Exterminadores do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Sr. Deputado, o PMDB abdicou do seu tempo e naturalmente depois haverá o rateio.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Está certo, Sr. Presidente.

Então, na verdade, procurarei ser mais objetivo, sintetizando um pouco o discurso do Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, inclusive lendo o editorial do jornalista Carlos Chagas do dia 30/10/98, quando ele diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Alguém ousará responder?

O Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, fez uma das mais profundas análises da atual política econômica. Não poupo críticas ao modelo nem ao seu artífice maior, que acusou ser o Presidente Fernando Henrique. Lembrou o absurdo de nossas fronteiras abertas ao capital e aos produtos estrangeiros, enquanto lá fora nossas exportações

são taxadas cada vez com mais intensidade. Insurgiu-se contra o capital especulativo e a teoria da dependência que nos torna cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos.

Ninguém é obrigado a concordar com o representante do Paraná, conhecido por suas posições contundentes e sua palavra sempre ferina em defesa de posições nacionalistas. O importante está no fato de que, aparteado e aplaudido por todos os Senadores da Oposição - e até por alguns independentes, como Josaphat Marinho e Pedro Simon - o pronunciamento não mereceu um reparo sequer dos representantes do Governo. Os que permaneceram em Plenário calaram-se, enquanto muitos outros saíram de mansinho. Registre-se como tão grave também o fato de que as denúncias se viram ignoradas na mídia.

Eis a pior consequência dessa fajuta globalização que nos assola. Seus partidários julgam-se donos da verdade e têm como desimportantes quaisquer ponderações. Ignoram o que contrarie suas concepções e seus interesses. Soberbos, arrogantes, superiores, dedicam apenas desprezo ao contraditório.

O exemplo vem de cima, porque sequer os Ministros da área econômica chegaram a sugerir a Senadores governistas uma contradição. Como reação, acusam de retrógrados, trogloditas e ultrapassados quantos ousam contestar-lhes a cartilha.

O problema está em que desta vez passaram dos limites. Requião é um político acostumado à luta e calejado na resistência. Levantará o tema da falência do modelo econômico a outros foros. Já recebeu convites de associações e entidades de classe para levar seus números a outros auditórios.

Vai plantar, ou melhor, vai extirpar falsos conceitos e velhas doutrinas apenas com a realidade dos fatos.

Se estamos mais pobres, se o desemprego se multiplica, se a fome, a miséria e a doença aumentam, se a economia pára de crescer e a especulação projeta-se em cascata, de que maneira calar-se? Pode-se investir contra a natureza das coisas por algum tempo, Deputado Lício Silveira, mas ela, com o tempo, surge implacável diante de cada um.

O irônico é que o discurso foi feito enquanto o Governo anunciava o ajuste fiscal. Como sempre, e com raras exceções, a mídia aplaudiu e omitiu reações importantes. Como 28 de outubro foi também o dia de São Judas Tadeu, pelo menos haverá uma esperança. Afinal, São Judas Tadeu é o padroeiro dos desesperados, patrono das causas impossíveis. Quem sabe dará uma mão a quem, como Requião, teime em denunciar a nudez do rei."

Na verdade esse discurso pronunciado pelo Senador Requião no dia 28 de outubro levanta, Deputado Pedro Uczai, questões que há quatro anos o PT, o PDT, e outros Partidos tentam levantar.

Coloca, por exemplo, que o receituário, Deputado Lício Silveira, já está ultrapassado. É interessante que o ex-Secretário de Estado americano Henri Kissinger tem dito, em inúmeras oportunidades, que o FMI não tem crédito nenhum para salvar país emergente, porque em todas as receitas, como no México, na Argentina, nos países asiáticos, falhou. Falhou, porque a regra e a lógica do FMI é uma só. É a sua própria valorização.

Deputado Pedro Uczai, como falávamos em agosto de 1994, é importante ter estabilidade econômica e ter o fim da inflação, mas não de forma artificial. E já na época da

transição da URV ao Real nós dizíamos: para manter a paridade artificial, Deputado Ivo Konell, estaríamos aplicando juros altíssimos aos papéis públicos. E isso, para que os dólares não fugissem, traria uma dívida interna cada vez maior.

No início do Governo Fernando Henrique a dívida interna brasileira, Deputado Reno Caramori, era de sessenta bilhões, e ela ultrapassa de trezentos a trezentos e cinquenta bilhões hoje. E chegará, sem dúvida alguma, no final do ano a trezentos e sessenta bilhões.

É uma dívida impagável! Praticamente 1/3 do PIB desse País! E isso tudo o Senador levanta.

Uma outra questão que eu achei relevante é quando se coloca que os empresários brasileiros são incompetentes. E na verdade nós temos hoje uma verdadeira destruição do aparelho produtivo nacional.

O Senador Requião levanta o seguinte: como não sobreviveram e são chamados de atrasados, exemplos como a Metal Leve, a Cofap, Freios Varga, avançadíssimas, em pleno caminho da internacionalização foram abatidas pela queda radical das tarifas e pelos juros altos.

Ninguém pode acusar empresas como essas, Deputado Udo Wagner, como a Cofap, a Metal Leve, de incompetentes e de atrasadas tecnologicamente. E elas quebraram. E muitas outras estarão quebrando.

Também é impossível admitir a hipocrisia de economistas governamentais alegando que as grandes multinacionais comprariam as empresas nacionais para exportação. É uma mentira deslavada. Elas estão utilizando, sim, é o mercado interno, que é um mercado importante, um mercado interessante.

Então, o que me entristece, e por isso eu faço questão de levantar isso, é que esse discurso do Senador Requião foi um dos mais importantes, talvez, da história do Senado brasileiro. E com certeza, a não ser, talvez, o editorial do jornalista Carlos Chagas, nenhum outro órgão de informação deu sequer algum tipo de publicidade a um pronunciamento tão importante.

Continuaremos, Deputado Lício Silveira, nesta Casa, em todos os espaços, colocando a nu esse acordo fajuto. Esse dinheiro não vai chegar ao Brasil, e V.Exas. sabem disso. Isso é para pagar juros. Em março, abril do ano que vem estaremos quebrados novamente, se não mexermos numa questão fundamental, que é a alta taxa de juro que continua sendo mantida.

Não é com a reforma da previdência, prejudicando os de sempre, com a reforma administrativa, culpando os de sempre, como servidor público, que vamos resolver o problema, inclusive, do déficit público, porque há uma outra mentira que se prega nos últimos dois anos.

Principalmente em 1997 e 1998 praticamente não tivemos déficit primário, Deputado Reno Caramori. O que matou as finanças deste País foram os juros, porque se fizemos uma análise correta da arrecadação e das despesas, praticamente não tivemos déficit primário.

Infelizmente não se consegue fazer de forma correta, séria e honesta essa discussão, e ficam agarrando-se em discursos e falsas premissas para dizer que a saída é a entrega do que sobrou do patrimônio público nacional e aceitar de joelhos, submissos, uma política internacional que destrói a soberania

nacional.

Essa luta e essa discussão terão que ser pautadas por todos aqueles representantes do povo que minimamente têm algum compromisso com a soberania nacional e com este País, se é que ainda acreditamos que é importante o Brasil ser um País, ser um Estado.

Nesse sentido, eu quero sugerir aos Deputados Estaduais que leiam o pronunciamento do Senador Requião que, com certeza, foi um dos pronunciamentos mais importantes que o Congresso Nacional produziu nos últimos anos.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB, por até seis minutos.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPB, por até dezesseis minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou dar continuidade àquela preocupação que há pouco eu explanava com relação aos acidentes de trabalho.

Eu disse a V.Exas., num retrospecto, que os acidentes de trabalho típicos vêm baixando paulatinamente, enquanto que os fatais permanecem num mesmo patamar há vinte anos no Brasil, em torno de quatro mil e quinhentos a cinco mil acidentes. Disse também quais eram as causas prováveis dos acidentes de trabalho: as condições inseguras, o fator humano e a prática do ato inseguro. E por último eu tinha falado sobre a grande preocupação que estou tendo no momento com os acidentes de trajeto.

Acidentes de trajeto são aqueles que ocorrem dentro do horário de trabalho ou fora do horário de trabalho, no deslocamento do trabalhador para a sua residência ou vice-versa.

Eu disse também que iríamos tentar conversar com o Governador eleito para que mantivéssemos uma estrutura mínima necessária profissional, para exercer uma fiscalização, para tentarmos não só em nível de Estado, como também em nível de empresas, um trabalho em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho para que esse mal diminuísse no nosso Estado.

Sabe por quê, Deputado Reno Caramori? V.Exa. sabe quais são as consequências de um acidente de trabalho? As consequências são diversas. A empresa tem prejuízo, o País tem prejuízo, o empregado tem prejuízo.

Prejuízo no País: são as despesas relativas aos gastos com o INSS, são gastos relativos às indenizações quando o acidente causa invalidez permanente.

Vou fazer um parêntese: quando eu era chefe do Centro de Informação e Aperfeiçoamento, ocorreu um acidente e uma pessoa perdeu dois dedos numa serra circular. Ficou 40 dias fora e quando voltou o falecido Mário, grande amigo meu, disse-me: Dr., estou satisfeito sem os dois dedos, porque com a indenização comprei uma televisão, arrumei o meu carrinho e o resto coloquei na poupança.

Vejam como era a cultura do cidadão.

Algum tempo depois ele me disse que não tinha mais condições de trabalhar na

atividade de marceneiro e pediu para ser vigia. Nós, devido a um visto médico, fizemos com que ele trabalhasse lá. Só que o plano de carreira prejudicou muito os vigias, e quando ele viu o prejuízo, quis voltar a ser marceneiro. Impossibilitado fisicamente não poderia exercer mais a sua função. Aí é que deu valor ao acidente de trabalho que tinha sofrido. Isso é falta de cultura, de educação para enfrentar o assunto.

Os acidentes de trabalho causam prejuízos para a empresa, para o País, principalmente através do INSS. Há despesas médicas, hospitalares, farmacêuticas, de próteses de mão, de perna, de braço.

Srs. Deputados, as pessoas que trabalhavam com rami (que vem de uma planta de onde se tira a fibra e que dessa fibra se faz sacarias, cortinas, etc.) secam-no e passam na máquina. Mas essa máquina é um rolo, como um moedor de garapa, e em muitas vezes a mão das pessoas acaba ficando.

Milhares e milhares de pessoas do Norte do Pará, principalmente no interior da Bahia, perderam as mãos por causa desse tipo de acidente. Inclusive uma cidade da Bahia - que não me recordo o nome - recebeu o apelido de "cidade dos manetas", tão grande é o número de acidentes dessa origem.

O País e as empresas têm prejuízos muito grandes com relação aos acidentes de trabalho. São as horas extras, a perda na produção, o custo da substituição do empregado, o treinamento do novo empregado. O prejuízo varia muito de acidente para acidente.

O empregado também sofre prejuízo, e a perda salarial é um deles, como a perda de danos materiais, a dor de uma lesão, o sofrimento da família, que é acompanhar o drama do acidentado para o resto da vida.

Tive uma experiência na Celesc: um cidadão, falecido há pouco tempo, ficou 23 anos deitado numa cama devido a uma descarga elétrica de 23 mil volts. Caiu de um poste, perdeu as mãos, os pés e ficou tetraplégico. A sua família conviveu diariamente com o drama e sofria psicologicamente.

Então, um acidente de trabalho traz prejuízo para todo mundo. E às vezes muitas pessoas não dão valor a esse aspecto.

Deputado Reno Caramori, V.Exa. sabe quanto custa um acidente de trabalho? Existe uma fórmula que diz o seguinte: o custo do acidente de trabalho é o custo direto mais o custo indireto, ou o custo segurado mais o custo não-segurado.

O que é o custo direto ou segurado? É o custo relativo às despesas do INSS. E o que é o custo indireto? São os outros custos que eu citei aqui nas consequências dos acidentes: os custos dos empresários, dos empregados.

O custo do segurado é fácil de descobrir, é fácil de calcular. É só ver o dia do comunicado do acidente de trabalho ao INSS até o dia do retorno ao trabalho e ir ao INSS e saber quanto é o custo que teve aquele acidentado. O custo não-segurado já é mais difícil, porque envolve (alguns são fáceis) horas extra, perda de produção, a imagem da empresa que é prejudicada.

Eu não vou citar nomes, mas aqui, em Florianópolis, um cidadão trabalhador de uma empresa de refrigerantes caiu dentro de um reservatório onde eram dosados os refrigerantes, as essências e tudo o mais, durante a noite e de madrugada, e só foi descoberto, este cidadão morto, no outro dia. Só que esse boato partiu pela cidade e ninguém mais quis tomar refrigerante daquela empresa por causa desse problema sério.

Então a imagem da empresa, quer

queiram ou não, fica prejudicada. E não é à toa que essas empresas que transportam os produtos químicos com caminhões (e aí há uma lei muito sábia, que responsabiliza, além do transportador, o comprador, o empresário, porque se eu compro uma carga tóxica, sou o responsável, bem como quem vende e quem transporta também é responsável) tem um sistema de treinamento tão adequado, e existe uma central de vigilância 24h, trezentos e sessenta e cinco dias no Brasil. Basta um acidente desses ser causado que são acionados imediatamente e resolvem os problemas que podem causar danos sérios ao meio ambiente.

Cito um acidente aqui, em Paulo Lopes, em que uma carreta com material tóxico caiu da estrada e em questão de cinco horas já estava equacionado o problema, sanando os problemas maiores que poderiam ter acontecido.

Então, o que eu quero dizer com relação ao custo dos acidentes é que esses custos indiretos são difíceis de ser calculados. Assim procura-se estimar: normalmente num custo indireto de acidente de trabalho estipula-se mais ou menos em torno de quatro vezes o custo segurado. Ou seja, aritmeticamente, se quisermos o custo de um acidente, pegamos o custo segurado, multiplicamos por cinco e aproximadamente teremos o custo daquele acidente de trabalho.

É bom que o Estado saiba; é bom que os empresários saibam; é muito bom que os empregados saibam quanto custa um acidente de trabalho.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, V.Exa., que é engenheiro de segurança, sabe que eu, como técnico em segurança no trabalho, não tenho atuado no ofício da profissão, mas como empresário, na minha empresa, diminuímos em 96% os acidentes de trabalho a partir do momento em que implantamos rigorosamente um programa com o nosso trabalhador.

Agora, as empresa, todas elas, estão preocupadas em minimizar, em diminuir, em eliminar os acidentes de trabalho. O maior problema é colocar na cabeça do trabalhador que ele será vítima direta. Nós, que ministramos cursos, hoje temos cursos oferecidos pelo Senai, pelo Senac, cada um na sua devida área, mostrando ao trabalhador o quanto é perigoso o descuido dele.

Dando um exemplo: estamos implementando em Caçador um convênio com a UNC - Universidade do Contestado - e os produtores de tomate, a Associação de Produtores de Tomate de Caçador. O problema seriíssimo é com a contaminação dos trabalhadores com defensivo agrícola. Sabe-se que toda cultura de tomate requer um certo cuidado com as pragas, com as doenças e carece de uma aplicação de insumos de veneno que são tóxicos não sendo usados adequadamente.

Mesmo quando o produtor, o dono da terra, o granjeiro fornece ao seu trabalhador luvas, guarda-pó, máscara, botina, quando o trabalhador vai para a roça, para lavoura, ele começa a sofrer um certo calor pelo abrigo que está usando e começa a se despir. Primeiro, tira o guarda-pó, que é impermeável na hora da pulverização. Depois, ele tira a máscara, porque dificulta a respiração, não que ela dificulte a respiração, mas é um pouco incômoda, então, ele se desfaz da máscara. Depois, tira as luvas. Depois, quando o dono, o patrão vai flagrá-lo, ele está totalmente à

mercê de todo o processo de contaminação.

Então, fizemos um curso, Deputado Lício Silveira, promovemos um convênio com recursos do FEAR, para que a Universidade ministre os cursos na roça, na lavoura, no galpão. O trabalhador não é deslocado para uma sala de aula, ele irá receber as orientações no local de trabalho, sem ter que trocar a roupa ou lavar as mãos, ele vai receber no lugar do trabalho com exemplificação, com técnicos preparados para alertá-lo da importância, do cuidado que ele deve ter com o seu próprio corpo, por causa das intoxicações.

A revista Época trouxe há poucos dias uma reportagem onde mostra o grande índice de contaminação de defensivos agrícolas no Estado de São Paulo. Não vamos longe, não. Temos isso aqui, no nosso Estado. O Ministério do Trabalho procura responsabilizar o empresário. O empresário bota à disposição do trabalhador todo o equipamento necessário para sua proteção. Só que ele, talvez por falta de orientação ou por comodismo, não o usa adequadamente.

Por isso, propomos à Associação do Tomateiro de Caçador e à UNC esse convênio que está sendo elaborado agora no treinamento dos cuidados que o homem do campo deve ter na aplicação dos defensivos agrícolas.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Obrigado por sua intervenção.

Sr. Presidente, esse assunto é muito importante. Vamos ter agora o rateio de tempo. Se outro Partido puder ceder um pouco do tempo para o PPB, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - V.Exa. tem mais três minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Deputado Reno Caramori, às vezes tem remédio para quase tudo ou, senão, para tudo. Quando fui perito na época do Governo Pedro Ivo, demitiu-se um monte de pessoas das Centrais Elétricas, entre os quais eu era um deles.

Abri meu escritório de consultoria, principalmente no que toca às perícias com relação a acidentes de trabalho. Achei coisas interessantíssimas com relação a acidente de trabalho. Primeiro, na sua terra, uma determinada empresa, uma das maiores empresas, onde o nível de ruído era em torno de cem decibéis, os trabalhadores eram expostos a cem decibéis, eles tinham abafadores e tinham óculos. Muitos deles, como V.Exa. disse, não usavam. Mas uma fiscalização enérgica dos técnicos de segurança, no que V.Exa. é formado, chamou os que não usavam, chamou mais uma vez e não usaram. Então, colocaram dois para a rua, o que foi um santo remédio. Daquele dia em diante todo mundo usou, e as condições melhoraram e minimizaram os acidentes com relação àquelas causas.

Agora, vou dizer mais uma coisa: nós temos insalubridade, periculosidade, penosidade. V.Exas. sabem que o trabalhador, quando está exposto numa condição insalubre, recebe 10%, se a insalubridade for mínima, 20%, se a insalubridade for média, e 40%, se a insalubridade for alta. E muitos trabalhadores, por incrível que pareça, fazem questão de ganhar esse percentual. E o pior, esse percentual, Deputado Reno Caramori, é com relação ao salário mínimo. Fazem questão de trabalhar em condições insalubres, por incrível que pareça, só para ganharem 10% do salário mínimo, que são R\$13,00. Expõem a sua saúde, mas não querem perder os R\$13,00. E para o empresário retirar aquela condição insalubre - porque aí retirando a insalubridade cessa e ele deixa de receber, o que é certo -, eles não concordam e passam a trabalhar de

uma forma às vezes até inadequada.

Quando fui perito - e fui perito na Universidade Federal de Santa Catarina, na Eletrosul, fiz todos os estudos com uma equipe - por incrível que pareça fiquei envergonhado de ter pessoas às vezes ganhando periculosidade, criando condições perigosas dentro do seu ambiente de trabalho para ganhar os 30%, e aí não sobre o salário mínimo mas, sim, sobre o salário que ele recebe, sobre o salário fixo.

Criaram e tinham depósitos de álcool, depósitos de benzeno, depósitos de éter, depósitos de gases dentro do ambiente de trabalho. Eu simplesmente caneteei e quando eu caneteei, Deputado Reno Caramori, eu e a minha equipe fomos ameaçados por alguns de agressão física. "Você está tirando o leite da minha criança", e aquelas histórias todas. "Você vai ver, são 30% do meu salário que você está tirando".

Agora, por outro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Concedemos mais um minuto a V.Exa. para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Já que ninguém quer falar, será que algum outro Deputado poderia me ceder o tempo do seu Partido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - É que nós temos que fazer a redistribuição para os demais Partidos também.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Onde é que eu estava mesmo, Deputado Reno Caramori? Ah, na Universidade Federal de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Na periculosidade.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Na periculosidade.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Porque descobriu...

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Descobrimos as mudanças, as causas e retiramos, mandamos que essas condições perigosas fossem afastadas do local. E a Universidade atendeu o nosso relatório. Perderam os 30%, mas acima de tudo ganharam a sua vida, porque se não tivéssemos tirado e um acidente fosse causado, de quem seria a responsabilidade de não ter providenciado aquela retirada da condição perigosa?

Então, a condição perigosa não é somente por questão de lidar com os combustíveis, mas também por lidar com eletricidade. E na eletricidade hoje estabeleceram os "taxímetros", porque a pessoa só ganha hoje quando ela está efetivamente exposta ao risco, ou seja, se estiver na área de risco, aí, sim, fará jus e é certo, tem que ganhar mesmo, nesse aspecto teria que ganhar.

Bom, então, Deputado Reno Caramori, esse contexto de todo desse trabalho poderíamos conversar um pouco mais, porque eu queria dizer aqui também como é que se avaliam os acidentes de trabalho, como é que se deve avaliar os acidentes de trabalho dentro das empresas e quais as medidas que nós poderíamos tomar para minimizar esses acidentes.

Creio que em breves dias poderemos falar novamente desse assunto. E também gostaria de recomendar esse assunto ao próximo Governador para que tomássemos uma atitude, porque o problema de insalubridade, periculosidade e outros assuntos não estão sendo discutidos de forma séria, e é um dos aspectos que eleva muito os

gastos.

Eu tenho a seguinte opinião: cuidar da saúde do trabalhador em primeiro lugar, depois, se não puder evitar essas condições insalubres, lógico que nós deveremos pagar. Mas acima de tudo minimizá-las ou cortá-las de uma vez por todas.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - No rateio do tempo, o PFL dispõe de três minutos.

Consulto se algum Deputado do PFL deseja fazer uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos três minutos são destinados ao PT, prorrogáveis por mais dois minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, farei alguns comentários ainda com relação ao meu pronunciamento inicial, quando resgatei o discurso do Senador Requião.

Assim como o Deputado Lício Silveira colocou por duas vezes na sessão de hoje a sua preocupação com a questão dos acidentes de trabalho, eu, por questões profissionais, porque sou professor de Organização e Normas, tenho trabalhado muito, principalmente com alunos de cursos profissionalizantes, sobre o entendimento, o conhecimento das normas regulamentadoras, e essa é uma discussão muito mais educativa, muito mais pedagógica que a questão do acidente.

Sabemos ainda de muita resistência por parte de funcionários quanto à utilização dos DPIs - equipamentos de proteção individual. Na verdade, há uma lógica quase que selvagem ainda por parte de setores do empresariado, que entendem que proteção é custo, é gasto.

Eu acho que essa tese que V.Exa. levantou aqui sobre prevenção de acidentes - e é óbvio que é melhor prevenir do que remediar - é um dos temas que, com certeza, deverá ser ampliado não só na discussão, como V.Exa. levanta aqui, no Estado mas, principalmente, na legislação trabalhista.

Eu quero dizer, com muita tristeza, Deputado Lício Silveira, que nas reformas, pelo que estamos acompanhando - e não são reformas, são, sim, retiradas de direitos trabalhistas -, essas questões vão ser praticamente eliminadas.

Sobre as lutas e as conquistas de anos dos trabalhadores, quero registrar que, independentemente da CLT hoje ser ou não uma legislação atrasada, na verdade é uma consolidação de leis de trabalho que têm que ser atualizadas e ampliadas, mas o que estamos vendo hoje é uma retirada literal dos direitos trabalhistas.

Inclusive, tenho escutado comentários de engenheiros de segurança, de técnicos de segurança no sentido de que, por medo de perderem o emprego, está aumentando o número de trabalhadores indo trabalhar doente. Talvez isso explique o aumento dos acidentes de trabalho. Tenho observado algumas estatísticas, e isso realmente tem acontecido.

Na verdade, há hoje uma pressão psicológica que faz com que o trabalhador, ao ir ou voltar do trabalho, esteja em estado permanente de tensão. Num momento em que há possibilidade concreta de desemprego,

esse é um problema grave.

O Sr. Deputado Lício Silveira (Intervindo) - É um dos fatores!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Um dos problemas! E talvez o acidente não aconteça na máquina, no seu local de trabalho, mas quando acontece é em função de todo esse desequilíbrio.

A preocupação maior que eu tenho levantado é que há outra mentira colocada no Brasil, a de que o brasileiro tem muitos direitos. É isso que eu tenho ouvido ainda, e não posso aceitar um argumento da Idade Média. Não é verdadeiro isso!

A Europa, os Estados Unidos, o Japão mostram que a saída é a redução da jornada de trabalho, a qualificação, a requalificação. Não é essa lógica perversa de que para a redução de custos há necessidade de corte de pessoal, de redução de direitos. Não é isso!

Infelizmente, a lógica que estamos vendo nas reformas... E virá agora a reforma trabalhista, porque na Previdência não tivemos reforma nenhuma. Na Previdência, a única coisa que estamos vendo é a retirada de direitos! Só! Esse problema de marajás, de picaretas, que têm duas ou três aposentadorias, resolve-se com fiscalização, e não tirando o direito daqueles que merecem!

Então, Deputado Lício Silveira, eu fiz esse comentário por isso. E muitos empresários inescrupulosos, principalmente na área da construção civil, não permitem, não possibilitam os equipamentos de proteção. Canso de ver nas construções trabalhadores sem capacetes, sem cintos, sem segurança alguma! Na verdade, é o medo que eles têm, pois precisam manter aquele emprego, por mais humilde ou pobre que seja.

O Sr. Deputado Udo Wagner - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Udo Wagner - Deputado Carlito Merss, eu gostaria de ressaltar um aspecto muito importante que V.Exa. colocou: a falta de evolução da legislação.

Eu acho que as coisas no Brasil e no mundo mudam rapidamente, e a leis não são tão rápidas quanto a realidade. Posso citar o exemplo da insalubridade. A legislação de 1950, portanto de 50 anos atrás, tem alguns aspectos na minha área profissional. Na indústria gráfica, por exemplo, antigamente as atividades eram exercidas no porão, a tinta era tóxica e também trabalhávamos com chumbo, mas houve uma evolução tecnológica tão rápida que hoje a tinta se pode comer, e não se emprega mais chumbo nas atividades. Só que a legislação continua caduca, continua muito atrás, porque hoje as condições de trabalho não são mais insalubres, as empresas são arejadas e dotadas de toda a infra-estrutura necessária.

Então, quando se discute todos esses aspectos da legislação trabalhista, mormente neste aspecto de insalubridade, o que eu tenho verificado, como empresário e como cidadão, é que existem as evoluções técnicas, as evoluções de ambientes tecnológicos, e a legislação está ultrapassada.

Sintetizando o meu pensamento, acho que tudo é um aspecto cultural. Quando V.Exa. diz que o empresário não dota os seus trabalhadores de equipamentos necessários, eu poderia também dizer que existe resistência ao seu uso e uma falta de educação, uma falta de berço.

As pessoas sempre acham que o acidente acontece só com o outro, nunca com

elas. Este é um aspecto que acho que tem que ser mudado desde o início, escola, para poderemos mudar esta filosofia como um todo. Já se evoluiu bastante, mas ainda é muito grave isso em todas as atividades.

Eu queria só reforçar este aspecto da legislação, que é muito lenta para se adaptar aos novos tempos, à evolução tecnológica. Existem até os corporativismos; às vezes, tem que haver laudo de alguém. V.Exa. sabe do que eu estou falando.

Então, penso que este assunto, apesar de à primeira vista ser um pouco chato, é extremamente importante para todos os cidadãos que estejam em fase de trabalho e aos que vão chegar à força de trabalho neste País.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Agradeço o seu aparte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Jaime Mantelli, Wilson Wan-Dall, Eni Voltolini e Luiz Herbst.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Sr. Deputados.)

Estão presentes 26 Srs. Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão na pauta da presente sessão do Projeto de Lei nº 205/98, que altera a Lei nº 9.120, de junho de 1993, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os Srs. Líderes se podemos incluir o referido projeto, que já se encontra com parecer das Comissões.

(Os Líderes acquiescem.)

Com a aquiescência dos Srs. Líderes, colocamos como primeiro ponto de pauta a discussão e votação do Projeto de Lei nº 205.5/98, que altera a Lei nº 9.190, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Saúde e Meio Ambiente.

Ao presente projeto foi apresentado um substitutivo global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o substitutivo global.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado em primeiro turno.

Votação em turno único da Mensagem nº 3866/98, com prazo para apreciação até 13/11/98, que trata de veto parcial ao Projeto de Lei nº 230/98, que "dispõe sobre a realização de operações de créditos pelo Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", com a sua discussão encerrada.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" rejeita o veto e

quem votar "não" aceita-o.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os Srs. Deputados Jorginho Mello e Sergio Silva para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 27 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 23 votos "sim", 03 votos "não" e 01 voto em branco.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3867/98, com prazo para apreciação até 13/11/98, que trata de veto total ao Projeto de Lei nº 20/98, que "revoga os incisos II e III do art. 5º, o art. 7º e dá nova redação ao inciso II do art. 8º e ao art. 13 da Lei nº 6.063/82.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" estará aceitando-o.

Solicito ao Sr. Vice-Presidente, Deputado Francisco Küster, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os Srs. Deputados Gelson Sorgato e Gilmar Knaesel para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 28 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 22 votos "sim" e 06 votos "não".

Está rejeitado o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3868/98, com prazo para apreciação até 13/11/98, que trata de veto total ao Projeto de Lei nº 62/98, que "dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior, previstas

no art. 171 da Constituição do Estado.

O parecer é pela rejeição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua votação.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" estará acatando-o.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Srs. Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convivo os Srs. Deputados Lício Silveira e Carlito Merss para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 36 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 18 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Sobre a mesa indicação de autoria do Deputado Udo Wagner, a ser enviada à Superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social em Santa Catarina, solicitando a implantação do programa de melhoria de atendimento da Previdência Social na unidade de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a recuperação da SC-302, no trecho Caçador/Calmom.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria dos Deputados Lício Silveira e Eni Voltolini, a ser enviada ao engenheiro Roberto Ribas, chefe do 16º DNER, solicitando a construção de um tubo linear na passagem da rodovia BR-101, ligando os Bairros de Sertãozinho e Vila Nova, no Município de Barra Velha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada

Indicação de autoria dos Deputados Lício Silveira e Eni Voltolini, a ser enviada ao engenheiro Roberto Ribas, chefe do 16º DNER, solicitando a construção de uma passagem de nível próxima à ponte do Rio Itapocu, na divisa dos Municípios de Barra Velha e Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, a ser enviado ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Agricultura, aos Senadores da República Casildo Maldaner, Esperidião Amin e Geraldo Althoff, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, ao Deputado Federal Hugo Biehl e ao Presidente do Banco Central, solicitando que analisem o documento em anexo, que transcreve o pensamento dominante da classe dos pequenos agricultores do Brasil, asseverando que a extinção da TJLP é medida *sine qua non* para que se possa evitar medidas ainda mais danosas à agricultura minifundiária num futuro próximo.

Em discussão.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a palavra o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa e visitantes, discutir requerimento não é praxe dos Parlamentares, mas o assunto induz a uma reflexão muito forte, pois diz respeito a um tema sobejamente debatido mas ainda não exaurido, até porque nada de prático aconteceu para que ele seja superado.

O requerimento propõe o exame minucioso e a tomada de providências para a retirada, além da TJLP, da TR ou de qualquer outro indexador de todos os financiamentos destinados ao pequeno agricultor ou à agricultura familiar.

Não é mais possível a atividade agrícola, especialmente a pequena atividade agrícola, suportar indexadores, até porque o preço do produto agrícola não tem sofrido qualquer inclusão ou agregação de valores. É necessário que se propugne pela redução dos custos, e um dos vilões do custo da produção é o custo financeiro, é o dinheiro juntamente com a tributação.

Precisamos iniciar um movimento muito forte para que se retire de todo financiamento agrícola - quer de custeio, quer de manutenção ou de investimento - qualquer tipo de indexador. Os dados dão conta de que a inclusão da TR ou da TJLP aos financiamentos agrícolas tem causado grandes prejuízos à atividade agrícola.

De 1994 até agora os preços dos produtos não ultrapassaram os 20%, mas com a oscilação só da TJLP já passou de 68%.

Srs. Deputados, não é possível suportar esse tipo de correção numa inflação que não chega a 3% ao ano. A TJLP, mais os 6% que são aditados, ultrapassa hoje 17% ao ano. Ou se extrai os indexadores e determinam-se taxas fixas, baseadas na inflação, ou então teremos inviabilizadas definitivamente as atividades agrícola e pecuária, destinadas às

pequenas propriedades neste País!

É necessário dar algum passo concreto nesse sentido, porque, além, naturalmente, da redução dos encargos financeiros, da agregação de valores corrigidos, é necessário rever a carga tributária nos produtos alimentícios da produção primária, que está aviltando o preço do produto, retirando a competição e até desigualando as condições para a exportação do produto.

Um exemplo disso é a carne suína. Foi feito um esforço muito grande para liberar as exportações, e hoje o preço é que é o impeditivo, pois sabe-se que o suinocultor tem prejuízo com o preço que está sendo pago para ele.

Portanto, está acontecendo alguns aviltamentos, e é neste sentido que estamos elaborando este requerimento, para iniciarmos um grande debate sobre a exclusão das correções sobre os financiamentos agrícolas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Neuzildo Fernandes, Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema, pedindo a agilização da regulamentação da Lei nº 10.472/97, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo providências no sentido de determinar a viabilização de recursos para a reforma da ponte sobre o Rio Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimentos de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo providências no sentido de determinar a viabilização de recursos para a reforma da ponte sobre o Rio Canoinhas, que liga as localidades de Rancho Grande e Rio da Serra, no Município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de

mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo providência no sentido de agilizar a liberação das verbas do 'Acorda Brasil' e 'Viva Escola' para o Colégio Estadual Nereu Ramos, no Município de Itapoá-SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República do Brasil, ao Ministro da Ciência e Tecnologia e ao Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pedindo uma solução imediata na liberação dos recursos financeiros para viabilizar o 'Programa Desenvolver', mantido pelo Convênio nº 680.061/98-3, de 28 de junho de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Carlito Meres, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, e ao Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, requerendo a implantação de oito bolsas de fomento tecnológico para a contratação de técnicos especializados para o programa 'Desenvolver'.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro de Justiça, ao Deputado Paulo Bauer, coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, aos Senadores Esperidião Amin, Casildo Maldaner e Geraldo Althoff, apelando no sentido de dotar a Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina com as condições adequadas, mediante a liberação urgente de recursos financeiros e humanos para a operacionalização dos serviços de patrulhamento ao longo das rodovias federais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Parlamentares de Santa Catarina com assento no Congresso Nacional, solicitando a inclusão de uma emenda coletiva destinando recursos financeiros na ordem de 400 mil reais para a melhoria de infra-estrutura urbana, para a conclusão do Pátio Aduaneiro, destinado ao estacionamento do grande número de caminhões que utilizam diariamente o mesmo para conferência da documentação e fiscalização de carga, e para a construção da via de acesso rodoviário ao Porto Seco, permitindo o funcionamento da nova Aduana Integrada Brasil/Argentina, bem como a ampliação do número de fiscais da Receita Federal, para o desembarço das cargas e agilidade no trabalho regular da aduana de Dionísio Cerqueira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Parlamentares catarinenses com assento no Congresso Nacional, solicitando que seja incluída uma emenda coletiva da Bancada catarinense no Orçamento da União para 99, assegurando recurso para a pavimentação do trecho da BR-282, situado entre São Miguel d'Oeste e a Ponte Internacional Peperi-Guaçu, no Município de Paraíso -SC, fronteira entre o Brasil e Argentina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/98, que dispõe sobre o quadro dos Combatentes das Polícias Militares e estabelece outras providências;

Requerimentos nºs: 573, de autoria do Deputado Carlito Meres; 574, de autoria do Deputado Eni Voltolini; 575, de autoria da Deputada Ideli Salvatti; e 576, de autoria do Deputado Pedro Bittencourt.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 18 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Meres - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

OFÍCIOS Nºs: 0213/98, do Sr. Secretário Legislativo da Assembléia da Paraíba, solicitando, no sentido de encaminhar a esta Casa, os instrumentos normativos que regulam a estrutura administrativa desta conceituada Assembléia;

2859/98, do Sr. Chefe do 16º DRF, do Ministério dos Transportes, reportando-se ao Ofício nº 558/98, que encaminhou cópia do Requerimento nº 525/98, solicitando a realização de obras de modificação do trevo de aces-

so a Vila Januária, na BR-101, em Sombrio.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, que altera a redação do art. 3º, da Lei nº 10.169, de 12 de julho de 1996, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPE, e dá outras providências.

CORRESPONDÊNCIA:

- do Representante da Turma do Curso Magister-Geografia, sediado na cidade de Ibirama, solicitando medidas concretas que venham a sensibilizar as pessoas ou órgãos responsáveis, no que tange ao repasse de verbas para a UDESC.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Terminada a leitura do expediente,

passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita a Sra. Deputada Ideli Salvatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de aproveitar este espaço das Breves Comunicações para ressaltar uma iniciativa tomada pelas Sociedade Amigos de Coqueiros e Associação de Futebol Amador de Coqueiros, as quais, no sábado passado, realizaram um trabalho com um bellissimo propósito, o de arrecadar assinaturas autorizando um desconto nas contas de luz dos que concordarem em financiar a construção do Parque de Coqueiros.

Este Parque é uma luta antiga das comunidades de Coqueiros e Abraão, ou seja, da parte continental do nosso Município. Deverá ser realizado num espaço de aproximadamente 50 mil metros quadrados, no denominado Saco da Lama. Portanto, só pelo nome já é uma bela descrição da situação do local, que há muito tempo vem servindo para duas situações: para os circos que vêm se apresentar na nossa cidade e, quando não há circos naquele terreno, para ser utilizado por traficantes, mendigos, pessoas que não têm ocupação.

Tanto a Sociedade Amigos de Coqueiros como a Associação de Futebol Amador vêm brigando há muito tempo para poder utilizar esse terreno como área de lazer, e obtiverem este ano, através de um decreto, o Decreto nº 15.893, de 2 de abril, uma cessão desta área, que é do Estado, para poder exatamente construir este bellissimo Parque, que será utilizado para diversas atividades recreativas, de lazer, esportivas, culturais, ressaltando toda a necessidade que nós temos de áreas como essa no nosso Município.

Gostaria de enfatizar que essas duas entidades vão construir, vão edificar o Parque com recursos advindos de parcerias com a iniciativa privada e com a contribuição dos moradores e das pessoas que entenderem a importância de se ter essa área de lazer.

Então, estivemos participando, por um curto espaço de tempo, no sábado, da iniciativa. Aproximadamente 50 pessoas estiveram realizando, voluntariamente, este trabalho de pedágio, para recolher assinaturas dos que concordassem em dar sua contribuição através de desconto na sua conta de luz.

E pudemos, neste dia, pegar o material de divulgação. Inclusive, estou fazendo da tribuna a apresentação da camiseta, com a qual estavam todos devidamente trajados; do folder explicativo, que contém um desenho reproduzindo todas as áreas que serão utilizadas (depois entregarei também aos Parlamentares); e do adesivo, que diz o seguinte: Parque de Coqueiros - tô nessa. Realização: Sociedade Amigos de Coqueiros e Associação Futebol Amador de Coqueiros. Apoio: Ângulo Propaganda.

Faço este registro porque, indiscutivelmente, são iniciativas deste porte que envolvem as entidades comunitárias, a iniciativa privada, pois o Poder Público, até agora, apesar de ser uma reivindicação muito antiga da comunidade, não teve a capacidade de dar início à criação do Parque de Coqueiros.

É uma iniciativa louvável, e as pessoas apresentavam muito vigor, muita disposição nesse sábado, um sábado de muito sol, de muito calor. Inclusive, estiveram presentes pessoas da terceira idade, que não possuem, naquela região, um espaço para poderem desenvolver as

suas atividades físicas e recreativas.

Então, faço questão absoluta de registrar isso da tribuna, porque tenho o entendimento que são iniciativas deste tipo que fazem com que tenhamos uma perspectiva de obter qualidade de vida no nosso espaço urbano, cada vez mais restrito, cada vez com uma quantidade menor de espaços verdes, de área de lazer.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Escuto com muito prazer V.Exa., Deputado Gilson dos Santos. Só é pena, Deputado, que eu não tenha trazido as autorizações para o desconto na conta de luz, porque eu tenho certeza absoluta que vários Parlamentares aqui iriam, da mesma forma que eu fiz, autorizar esse desconto.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputada Ideli Salvatti, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que o atual Saco da Lama hoje já é denominado Parque Hélio Lange, através de uma lei de autoria deste Deputado, aprovada por unanimidade nesta Casa.

Sem dúvida, é um espaço que, de maneira coerente, conseqüente, bonita e com a participação da comunidade, precisa ser urbanizado, ser melhorado, porque é uma área que fica na entrada da nossa cidade e merece não só o apoio incondicional da comunidade mas, principalmente, toda a atenção possível do Poder Público.

É um projeto arrojado, na minha concepção, e tem que haver a participação não só da empresa, não só da comunidade, mas de muita gente para poder viabilizar um parque desta natureza. De qualquer forma, parece-me altamente positivo, produtivo, e terá deste Deputado toda a colaboração possível.

Com referência ao desconto na conta de luz, é só procurar-me que estou à disposição, porque acho que com a participação da comunidade as coisas são facilitadas, podendo haver uma viabilização mais rápida e mais eficiente.

Eu quero cumprimentar V.Exa., bem como todos os amigos, as pessoas do bairro de Coqueiros, que tomaram esta iniciativa elogiosa, a qual merece toda a nossa atenção e a toda a nossa colaboração.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Nobre Deputada, também quero fazer coro à manifestação de solidariedade, de apoio de V.Exa. a esta iniciativa.

Eu tive a oportunidade de fazer gestões junto com o Deputado Edison Andriano para que o Governo do Estado, afinal, fizesse o repasse para aquela área, o que acabou sendo feito numa solenidade no Centro de Educação Física, em Coqueiros, na qual tive a satisfação de comparecer.

Temos que registrar, em primeiro lugar, a mobilização da comunidade, já que o Poder Público ficou inerte com relação a qualquer iniciativa. E a comunidade, sentindo a necessidade de uma área de lazer, tomou a iniciativa. Isso é digno dos maiores registros.

É preciso - e eu entendo que haverá - uma parceria do Poder Público, do Governo do Estado, que é o proprietário da área, da Prefeitura que também tem interesse. E nós, enquanto agentes políticos, temos que participar, auxiliar, contribuir e de algum modo tentar canalizar as forças dessa mobilização para que tenha concretude a idéia da comunidade.

Está de parabéns a comunidade, V.Exa. e, sobretudo, as entidades de

Coqueiros.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Srs. Deputados, o principal objetivo do meu registro, além de tornar um pouco mais pública a iniciativa, foi exatamente o de parabenizar essa comunhão de esforços. Somente desta forma é que vamos conseguir recuperar e estabelecer áreas de lazer.

Aqui, em Florianópolis, também temos outras situações semelhantes, e tenho certeza de que serão adotadas medidas como esta. Sabemos, por exemplo, que há uma área de lazer na Beira-Mar Norte. O pessoal adotou um espaço lá e administra-o, havendo um grande movimento desse pessoal ligado ao Parque da Luz.

Portanto, são iniciativas deste tipo que gostaríamos de parabenizar em nome da Assembléia Legislativa, incentivando para que se multipliquem, porque a qualidade de vida depende, indiscutivelmente, de áreas de lazer preservadas e construídas com a participação de todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, gostaria de registrar que estamos recebendo do Oeste de Santa Catarina, mais precisamente da cidade de Treze Tílias, o Grupo da Terceira Idade Santa Luzia, composto de oitenta pessoas, que vieram à Capital do Estado fazer um passeio.

Quero fazer uma saudação às coordenadores deste Grupo: Sras. Emilia, Vanda, Ilone, Íris, Érica, Edith, Marlene, Celi e Salete. Eles estiveram visitando a Lagoa da Conceição, a Joaquina, o Ribeirão da Ilha e agora à tarde vão visitar o centro da cidade.

Desejo que tenham uma boa estada na Capital de todos os catarinenses e que Deus os acompanhe na sua viagem de volta. Voltem com alegria para os seus lares e continuem fazendo este trabalho bonito, que é, acima de tudo, valorizar as pessoas que têm mais experiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Quero, também, em nome da Mesa Diretora, desejar ao Grupo da Terceira Idade Santa Luzia, do Município de Treze Tílias, uma feliz estada em nossa Capital.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PPB, gostaria de cumprimentar o Grupo da Terceira Idade Santa Luzia, que nos honra aqui com sua presença, desejando a todos os seus participantes que realizem bons passeios na Capital de todos os catarinenses.

Em nome do PPB, é uma grande alegria tê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Onofre Santo Agostini, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados visitantes de Treze Tílias, fazemos também nossa as palavras dos Deputados Jorginho Mello e Gilson dos Santos.

Ocupamos hoje a tribuna porque voltou uma carga muito grande de alguns segmentos, e até do futuro Governo, contra os

pequenos Municípios. Eu tive até a impressão, na semana passada, Deputado Jorginho Mello, que a crise financeira do País só tem um culpado: os pequenos Municípios. Parece-me que o grande responsável pela situação advinda dessa chamada economia globalizada são os pequenos Municípios.

Na qualidade de Deputado, defendi as emancipações, e 33 novos Municípios foram criados em Santa Catarina por uma ação deste Deputado, através de uma lei complementar, que permitiu que os Distritos votassem na sua emancipação.

Então, julgo-me responsável por essas acusações e quero aqui afirmar que não são verdadeiras essas afirmativas, inclusive a do ilustre Deputado Carlito Merss, que, infelizmente, não se encontra presente. S.Exa. é um dos que mais acusam este Deputado e o Deputado Ivan Ranzolin, por sermos os Autores daquela lei e por sermos defensores das criações de pequenos Municípios.

Não posso aceitar essas acusações, porque entendo - e ninguém ainda me convenceu do contrário - que quanto à criação dos pequenos Municípios, só a comunidade envolvida nesse processo é que sabe da conveniência ou não de se emancipar.

Nós não podemos aceitar que a crise financeira que assola a Nação ou que assola a humanidade seja por causa das emancipações dos Municípios. Até já escutei, Deputado Odacir Zonta, que em breve haverá fusão dos Municípios que se emanciparam, porque não vão sobreviver a essa crise financeira.

Quero dizer a V.Exa. que terei de lutar com todas as forças para que isso não aconteça. Haverá de lutar para que os Municípios emancipados possam encontrar o caminho do progresso e desenvolvimento, fazendo com que as leis absurdas não atinjam os pequenos Municípios.

E vou começar citando uma, que não é culpa nossa, que não é culpa deste Parlamento - e aqui quero fazer justiça à ilustre Deputada Ideli Salvatti, pois ela foi quem a criticou no início: a lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério. Esta lei é que está inviabilizando os pequenos Municípios, este é o grande entrave do desenvolvimento dos pequenos Municípios.

Veja, Deputado Pedro Uczai - e V.Exa., como professor universitário, é um profundo conhecedor disso -, que em Urupema, um pequeno Município de Santa Catarina, não tem desempregado, e lá todas as propriedades rurais têm energia elétrica. É um Município que serve de modelo para Santa Catarina e, quem sabe, até para o Brasil, assim como os Municípios de Treze Tilias, Arroio Trinta, Pinheiro Preto, só que esses Municípios vão se inviabilizar se continuar esta lei.

Veja V.Exa. que o Município de Urupema, que é 99,9% agrícola, teve uma perda até hoje, depois da criação desse Fundo, de R\$138.552,00. E para onde é que foram esses recursos, Deputado Pedro Uczai? Para os Municípios grandes, como Florianópolis, São José, Criciúma, Lages. Cerca de 83% dos Municípios de Santa Catarina vão perder em favor dos Municípios grandes. E aí aparece essa acusação, que nós não podemos aceitar porque não é verdadeira: que a crise financeira do Brasil deve-se à criação a torto e a direito de Municípios em Santa Catarina.

Como citei, Município de Urupema - e também poderia citar o Município de Treze Tilias, que aqui está repleto de pessoas daquela terra - serve de modelo não só para Santa Catarina mas para o Brasil. Mas estão inviabilizando-o, Deputado Pedro Uczai, com a criação absurda

desse Fundo, que querem empurrar goela abaixo.

Infelizmente, o Congresso Nacional, no apagar das luzes do ano passado, no dia 23 de dezembro, por um acordo de Lideranças, votou a criação desse Fundo, e com isso está-se inviabilizando todos os Municípios pequenos do Brasil, de modo especial os de Santa Catarina.

Recebi uma manifestação do Presidente da Amures, cuja sede é em Lages, o ilustre Prefeito de Urupema, Aureo Ramos de Souza, que, além da colocação técnica, faz um apelo dramático a este Parlamento, que sempre esteve do lado do povo, que sempre esteve principalmente do lado dos Municípios pequenos, no sentido de que encampe essa idéia para que revertam essa posição de desrespeito a esses Municípios.

É simples, Deputado Pedro Uczai: se o Congresso Nacional tiver boa vontade, sem ferir a essência da Lei Complementar nº 14, que regulamentou a Lei nº 9.424, de 1996, pode apresentar uma emenda simples excluindo do Fundo os Municípios com até dez mil habitantes e, assim, salvar todos os Municípios pequenos de Santa Catarina e do Brasil. E não vamos inviabilizar recursos para a educação para os Municípios grandes.

Veja que com a implantação dessa lei, Deputado Gilson dos Santos, os Municípios tornaram-se obrigados a fazer o transporte escolar, mas tiveram prejuízo no Fundo. E se não fizerem, a Justiça, como aconteceu em vários Municípios, obriga o Município a fazer o transporte escolar sem recurso, Deputado Pedro Uczai!

Então, nós estamos fazendo este alerta.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Receio que meu tempo esteja se esgotando.

Como o assunto é de muita relevância, Presidente, gostaria de pedir que V.Exa. me concedesse mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Concedo mais dois minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Então, Deputado Pedro Uczai, vou ouvir V.Exa., com muito prazer.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Fico extremamente contente com essa sua explanação, Deputado, porque é uma questão que está mexendo com o dia-a-dia das crianças, das famílias dos nossos pequenos Municípios, que têm dificuldade de viabilizar o transporte escolar porque reduz a sua receita; ao mesmo tempo, o Governo do Estado não repassa o convênio do transporte escolar nem para o ensino médio muito menos para o ensino fundamental.

Em segundo lugar, por mais dramático que seja, o Governo Federal não colocou um real nesse Fundo em 23 Estados brasileiros.

Então, em Santa Catarina o Governo Federal não tem responsabilidade nenhuma sobre esse Fundo estadual de valorização do Magistério, eis que o Magistério não teve um real de aumento sequer, o que é a terceira consideração do Fundo, que seria criado, em tese, para melhorar a situação dos professores, dos profissionais. E não sabemos qual o gasto desse Fundo, se seriam 60% para os profissionais da educação. Não temos oficialmente essa informação.

Então, é uma violência contra os pequenos Municípios. E qual é o discurso? O Prefeito municipalizar as escolas. E o que significa municipalizar as escolas? Trazer de volta o que era dele, os 25% da educação. Então, o que faz? Traz mais alunos para recuperar aquele dinheiro que foi para o Fundo

estadual.

A criança virou moeda, agora! Quanto mais criança, mais moeda! Por isso virou custo/benefício a municipalização da educação, e, conseqüentemente, a qualidade da escola ficou comprometida, pois não tem transporte, não tem recurso, porque não tem um fundo municipal que sustente uma educação de qualidade nos pequenos Municípios.

Já os pequenos Municípios não têm biblioteca, não têm bons laboratórios...

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não têm nem estradas!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Não tendo mestres e doutores, acabam desqualificando e tirando recursos públicos, acabam criando uma relação desigual entre os grandes e pequenos Municípios do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não, já que V.Exa. é um profundo conhecedor dos Municípios de Urupema e Treze Tilias.

O Sr. Deputado Olices Santini - A par de cumprimentá-lo, Deputado Onofre Santo Agostini, sei que o Município de Urupema goza de muito prestígio perante o conceito de V.Exa. Eu só queria reforçar todas as coisas boas referidas por V.Exa. sobre aquele Município, o qual também prezo muito.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, tinha planejado falar hoje sobre os efeitos, as conseqüências do pacote econômico do Governo Federal, mas não posso deixar de usar esta tribuna para dialogar sobre o resultado da votação de ontem aqui nesta Casa sobre a mensagem de veto do Governador Paulo Afonso à lei que regulamentou o art. 171.

Gostaria de fazer algumas ponderações, e a primeira é dar os parabéns aos 18 Deputados que votaram a favor da derrubada desse veto.

Dizendo isso, gostaria também de levantar algumas preocupações, algumas indagações, porque não consigo explicações, Deputado Gilson dos Santos: por que 12 Deputados desta Casa se manifestaram contrários à derrubada do veto do Governador à lei que regulamenta a utilização de recursos para o ensino superior?

O art. 171 diz claramente que as empresas privadas que receberem benefícios fiscais e financeiros do Poder Público destinarão, em contrapartida, percentual ao ensino superior. É a Constituição de 1989. Mas como estava morto este artigo, nós tomamos a iniciativa de regulamentá-lo. Discutimos democraticamente com universidades, com escolas públicas, com a Funcitec para regulamentar este artigo e prever recursos provenientes dos incentivos fiscais para o

ensino superior.

E o projeto de lei era claro: 2% dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Poder Público deveriam ser destinados ao ensino superior. Portanto, 98% seriam para as empresas privadas. O que ocorre? Destes 2%, definimos dividir 10% para o crédito educativo estadual e 30% para a Udesc ampliar seus cursos para o interior do Estado.

Universidade pública e gratuita é um direito não só dos jovens da Capital, de Lages ou de Joinville, também é um direito dos jovens do Oeste de Santa Catarina, do Sul do Estado ou de outras regiões. Portanto, tinha como proposição expandir a universidade pública e gratuita para o interior do Estado com novos cursos e *campi*. O restante dos recursos seria destinado para bolsa de estudo e para financiamento de pesquisa no ensino superior do nosso Estado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me espanta aqui é que, por um lado, esta Casa decide dar grandes incentivos fiscais e financeiros para as empresas privadas de Santa Catarina - e o próprio Diário Catarinense, poucos dias atrás, questionava essa autofagia que os Estados brasileiros estão fazendo com a renúncia fiscal de dinheiro público -, mas por outro lado e ao mesmo tempo, quando é para destinar um mínimo de percentual desses recursos para o ensino superior, para bolsa de estudo, para pesquisa e para a nossa própria universidade pública se expandir no Estado e dar direito aos nossos jovens de terem estudo superior, é negada esta possibilidade, votam contra esta possibilidade.

O que mudou aqui, nesta Casa, que doze Deputados se posicionaram contra o que anteriormente foi votado por unanimidade? Por que passaram as eleições? Por que mudou a correlação de forças?

Por que não têm mais necessidade de buscar dinheiro público para o ensino superior? Porque vai continuar o clientelismo eleitoral de Deputados cedendo bolsa de estudo, enquanto nós tínhamos instrumento legal aqui de buscar recurso público de forma institucional e repassá-lo para os nossos jovens, a fim de terem acesso ao nível superior.

Portanto, vai continuar essa história de Deputado dando bolsa de estudo para estudante, sim! E vão continuar dizendo que tem que ter esses recursos para repassar para os estudantes das nossas universidades em forma de bolsa, em forma de subvenção social, em forma de clientelismo eleitoral. Sim, vai continuar!

Agora, há uma lei que possibilita institucionalizar só 2% destes Estados, que estão tirando impostos, que estão tirando dinheiro público para o setor privado, mas 2% não são suficientes para o ensino superior. Mas 12 Deputados aqui votaram contra uma lei para o ensino superior, votaram contra a bolsa de estudo, votaram contra o crédito educativo estadual, votaram contra a pesquisa nas nossas universidades. E falam em desenvolvimento, falam em ciência e tecnologia do Estado de Santa Catarina!

Isso espantou-me muito, pois para mim era tão óbvio que não precisaria estar perguntando Deputado por Deputado em que votariam, porque foi votado por unanimidade e porque muitas vezes eu ouvi nesta tribuna, das diferentes Bancadas, que a educação é importante, que a educação é prioridade, que os nossos jovens tem que ter direito à universidade. Que ingenuidade a minha!

Eu vejo aqui uma derrota do ensino superior, uma derrota dos jovens. E vou dizer para as bases, para este Estado, que esta Assembléia Legislativa não prioriza

ensino superior, não prioriza bolsa de estudo, não prioriza crédito educativo, não prioriza pesquisa, porque nós tínhamos uma única oportunidade.

E eu acho que nesta Legislatura não sei se vai ter outros projetos de lei. Mas tínhamos uma única oportunidade, nesta Legislatura, de dar uma demonstração positiva ao ensino superior, eis que dos 100% do dinheiro público que vai para o Prodec Automotivo, dos estrangeiros, com benefícios fiscais/financeiros, que vai para o Prodec Têxtil, que vai para o Prodec Agroindustrial - que são milhões, não são mil, são milhões, e só este ano está chegando a um patamar de um bilhão de reais - apenas 20 milhões iriam para o ensino superior, Deputado Júlio Teixeira. Ficariam para o setor privado 980 milhões. Só vinte milhões para o ensino superior, mas não conseguimos ter essa possibilidade para o ensino superior de Santa Catarina.

Dezoito votos a doze tiraram a oportunidade de regulamentar o art. 171 da Constituição, que estava morto nesta Casa porque não foi regulamentado. Para mim estava óbvio que os Deputados dariam essa oportunidade para muitos filhos de agricultores, de trabalhadores, de professores.

Eu ouvi uma professora, que tem uma filha estudando na Univali e outra na Furb, Deputado Afonso Spaniol, dizer que as suas filhas terão que fazer opção, pois uma delas vai ter que voltar para casa, porque não tem condições de sustentar as duas meninas na universidade. E esta Casa impossibilita algumas centenas de pessoas continuarem estudando no ensino superior.

Se tivemos oportunidade, se temos profissão com futuro garantido, existem milhares que gostariam de ver nesta Casa uma oportunidade de estudar, uma oportunidade de frequentar o ensino superior. Mas esta Casa tirou esse direito, tirou essa oportunidade da juventude, de pelo menos alguns que não tiveram o privilégio de estar numa família abastada para poder pagar mensalidade. Foi-lhes tirado esse direito. É lamentável, é frustrante.

Como Deputado essa é uma das minhas maiores frustrações, porque achava tranquilamente que Deputados do PFL, que Deputados do PPB, do PMDB, do PDT, do PSDB, juntamente com os do PT acreditassem que a educação era uma prioridade. Infelizmente eu me enganei, Deputado Norberto Stroisch, porque o neoliberalismo diz que educação e saúde são prioridades que o Estado deve assumir, mas ontem ficou demonstrado que as posturas neoliberais nem conseguem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PDT.

Com a palavra o Sr. Deputado Afonso Spaniol por seis minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço também minhas as palavras do Deputado Pedro Uczal. Também lamento e estranho que na sessão de ontem não conseguimos derrubar o veto da lei que regulamentava o art. 171 da Constituição.

Concordo que com isso perdemos os nossos estudantes, o nosso ensino, enfim, a educação neste Estado. Por sinal tenho grandes preocupações com os cortes anunciados

pelo Governo Federal na educação, no ensino superior, na pesquisa, em bolsas de estudo, porque tenho a convicção de que o País não prioriza a educação, o ensino, a cultura. Este é um País sem futuro.

Também em pronunciamento anterior lamentava o Deputado Onofre Santo Agostini da prorrogação do FEF, Fundo de Estabilização Fiscal, que foi aprovado e estendido por mais um período, no fim do ano passado, e que penaliza os nossos pequenos Municípios. Mas deveríamos fazer também uma reflexão de que foram justamente os Deputados das Bancadas que dão sustentação ao Governo Federal que aprovaram a prorrogação desse FEF.

Agora, mais uma vez, nesse pacote fiscal, além de estender o Fundo de Estabilização Fiscal por mais dois ou três anos, o Governo Federal pretende aumentar o percentual de 20 para 40%, retendo ainda mais os recursos dos Municípios na esfera federal, centralizando ainda mais o poder que já está por demais centralizado neste País.

Deveríamos, num esforço conjunto, fazer a inversão do caminho da forma como hoje são recolhidos os impostos no nosso País, a exemplo dos países de Primeiro Mundo, onde já fica retida a parte devida aos Municípios e a parte que é do Estado; apenas a parte que sobra vai para a União. Não é como no nosso País, onde tudo é centralizado em Brasília e volta, depois, um pouco para os Estados e recursos mais minguaos ainda para os Municípios.

O outro enfoque que eu queria fazer neste breve pronunciamento é sobre o tema que ontem o Deputado Odacir Zonta falava, ou seja, a nossa sofrida agricultura.

Estou apresentando hoje um requerimento a ser enviado às autoridades federais, ao Banco Central e ao Ministro da Agricultura, solicitando a extinção da TJLP sobre os financiamentos do Pronaf e do Pronafinho. A TJLP hoje cobra 50% dos pequenos agricultores e 100% cobra dos médios e grandes agricultores, além das cooperativas de crédito e das cooperativas agropecuárias.

A cobrança dessa TJLP, que é capitalizada mensalmente pelos bancos, chega a um patamar de 18 a 19% de correção ao ano, quando nós estamos vivendo, em tese, uma inflação de 3 a 4% ao ano. Então, torna-se realmente inviável aos agricultores tomarem emprestado dinheiro nos bancos, tendo como indexador a Taxa de Juros a Longo Prazo.

Estamos mais uma vez batendo nesta tecla e toda vez que for possível faremos isso para sensibilizar as autoridades federais, a fim de darem um outro tratamento à nossa agricultura.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do espaço reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário é destinado ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidentes e nobres Deputados, de longa data temos falado aqui, Deputado Onofre Santo Agostini, a respeito da inadiplência do Governo Estadual sobre vários itens orçamentários que não estão sendo cumpridos, bem como transferências constitucionais e, o principal, o atraso persistente do Governo Estadual no repasse aos servidores públicos de Santa Catarina.

O objetivo desse documento, Deputado Pedro Uczai, não é outro se não o de ter claro o que é que o Estado de Santa Catarina e o seu órgão específico, a Secretaria de Estado da Fazenda, estão fazendo com todos os recursos que o Estado arrecada e que recebe de outras fontes como, no caso, o Fundo de Participação do Estado.

O que queremos, Deputado Júlio Teixeira, é exatamente ter claro se efetivamente o Estado de Santa Catarina não tem recursos para pagar o seu servidor ou se o Estado de Santa Catarina está fazendo a opção para pagamentos de outras despesas que não sejam aquelas que salvaguardam o salário que deve e tem que ser sagrado do servidor do nosso Estado.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Ouço com prazer a nobre Deputada, ressaltando inclusive que S.Exa. teve a oportunidade de dar apoio a esse documento que outra coisa não visa se não dar clareza à arrecadação e às despesas do Estado de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Nobre Deputado, quero dizer que de pronto, tão logo V.Exa. apresentou o documento, colocamos a nossa assinatura, até porque este já tinha sido um compromisso assumido de público no meu pronunciamento na segunda-feira.

Temos a consciência muito clara de que não dá para confiar um milímetro na administração Paulo Afonso, porque todas as demonstrações que já tivemos oportunidade de comprovar, a partir de uma prática extremamente nebulosa sobre as finanças públicas, não nos faz ter outra posição a não ser a da desconfiança permanente com aqueles que estão administrando e gerindo os recursos públicos do nosso Estado.

Todo o nosso esforço no sentido do desbloqueio é porque entendemos que é um problema de Santa Catarina. Termos dinheiro bloqueado é um problema que atinge os catarinenses. Se está sendo feito por conta de questões político-partidárias, e nós teríamos que fazer uma análise posterior, tenho o entendimento que temos que desbloquear.

Quanto às desbloqueadas, e V.Exas. inclusive na segunda-feira anunciaram que havia já ocorrido, que o Governo do Estado já teve entrada de recursos, que desviou o pagamento de funcionários para pagamento de empreiteiros, estou no aguardo da documentação, porque pode ter certeza, Deputado Gilson dos Santos, que a partir do documento apresentado, a Bancada do PT como sempre se manifestará de forma muito contundente contra qualquer desvio da aplicação dos recursos públicos.

Por isso, não poderíamos fazer diferente a não ser assinar e colaborar pela implementação da proposta que o requerimento de V.Exa. ensaja no momento.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sem dúvida nenhuma, Deputada Ideli Salvatti, acho que é importante, e esse documento será deliberado pelo Plenário desta Casa, porque o que queremos realmente é clareza em todos os procedimentos governamentais, até porque existe a preocupação da instalação de um novo Governo que está tendo muitas dificuldades em receber as informações solicitadas para a transmissão, que acreditávamos que fosse absolutamente tranquila como determina o regime democrático neste País.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda restam sete minutos ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Olices Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de agradecer pela gentileza do Líder do nosso Partido, Deputado Gilson dos Santos.

Ocupo a tribuna neste tempo que resta ao nosso Partido para voltar a um assunto que me referi na última quarta-feira próxima passada, que é o acordo coletivo firmado entre a Secretaria da Agricultura, através das suas empresas vinculadas, e os sindicatos que representam os funcionários da Cidasc e da Epagri.

Tive a oportunidade de denunciar, Srs. Deputados, os absurdos que foram cometidos no reenquadramento de alguns funcionários da Cidasc, tomando como base esse acordo coletivo.

Infringiram todas as leis, os aumentos concedidos são absolutamente irregulares, tendenciosos, de forma a beneficiar alguns funcionários e alguns que estão no comando da Cidasc, como o Presidente da empresa, diretores e gerentes.

Eu até esperava que, com o pronunciamento que fizemos, tendo como aparteante o Deputado Eni Voltolini, que foi Secretário-Adjunto da Agricultura, a imprensa divulgasse, porque do meu ponto de vista não é um assunto que possa passar despercebido, haja vista que o Presidente da Cidasc aumentou seu salário em 60%, num período em que a inflação é inferior a 4%.

A mesma coisa aconteceu com os diretores, com os gerentes regionais e locais. Os funcionários não tiveram aumento algum, só a cúpula de comando, os privilegiados, os nomeados com cargos de confiança no atual Governo, e ainda acham isso a coisa mais natural do mundo, Deputado Pedro Uczai. Dizem que é normal, que mereciam, que as avaliações foram corretas.

Assim, fiz essa denúncia na quarta-feira passada e para minha surpresa não vi nenhuma repercussão na imprensa, porque no meu ponto de vista é uma questão grave. Os funcionários estão revoltados, porque isso nunca prevaleceu nas empresas. Sempre que houve aumentos foram distribuídos de forma justa, com a participação dos funcionários e dos representantes dos funcionários no Conselho de Administração, de representantes da Associação dos Funcionários, mas agora não.

Eu citei alguns nomes que me chamaram a atenção. Todos os Prefeitos do PMDB que são funcionários da Cidasc foram muito bem avaliados, o de Ituporanga, Ilicaré, Sombrio, todos os Diretores e os candidatos a Deputado. Um exemplo é o Túlio Tavares dos Santos, que foi Candidato pelo PMDB, que ganhou 38% de aumento; um outro também candidato a Deputado Federal levou 40% de aumento.

Então, quero voltar a denunciar, porque ninguém pode imaginar que isso possa voltar a acontecer sem a Assembléia Legislativa se pronunciar, porque estamos num período em que temos que reduzir despesas no ordenamento da máquina pública para enfrentarmos uma crise. Lá é diferente, lá não tem crise, mas os recursos saem da mesma forma do Tesouro do Estado.

Hoje, retorno à tribuna para reforçar uma outra questão que acho absolutamente grave. Diz que agora estão revendo o acordo coletivo, liberado pelo Secretário da Agricultura para refazer o acordo e dar 3 anos de estabilidade para todos os funcionários da Secretaria da Agricultura. É outra coisa inédita, eu acho que eles não precisam temer - principalmente os que procederam de forma correta - demissões.

Agora, dar estabilidade num acordo coletivo logo agora, que é absolutamente casual, só porque vamos assumir o Governo? Três anos de estabilidade. Essa notícia recebi ontem através de um grupo de servidores da Cidasc, que vieram do interior para manifestar sua preocupação com esse tipo de coisa, porque vai prejudicar a empresa num futuro. Vai aumentar a folha de pagamento, vai estabelecer injustiça em termos de reenquadramento e semear, naturalmente, a discórdia, o descontentamento, e principalmente legitimará a injustiça.

Deve ser referido o acordo coletivo para se dar estabilidade por dois ou três anos. Eu nunca vi isso.

Eu gostaria de deixar claro o meu protesto, porque conheço aquele pessoal, a empresa, e eles não merecem esse tipo de procedimento.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Olices Santini, na esteira dessa denúncia em relação à Cidasc, já em outra oportunidade denunciávamos também que diretores da Epagri, que são ordenadores primários, entraram na Justiça e no Ministério do Trabalho para reivindicar os seus direitos. Inclusive tinha ações que chegavam a R\$360 mil reais. Isso é um crime contra o patrimônio público.

Na época voltamos aqui para que fossem demitidos esses diretores, porque não é possível fazer do patrimônio público de uma instituição pública, de dinheiro público, esse tipo de uso, esse tipo de prerrogativa.

Justamente os diretores que deveriam preservar a empresa pública, estão buscando na Justiça a destruição da própria empresa pública.

Então, por isso são louváveis as suas denúncias, porque a empresa pública, a instituição pública, o dinheiro público têm que ser transparentes, têm que ser democraticamente decididos. E por esta razão não se pode permitir que isso aconteça, principalmente agora, em final de Governo, quando vão tomando essas decisões de forma autoritária, intempestiva, as quais precisam ser condenadas, sim, e a empresa deveria dar vazão a essas denúncias, porque é a defesa do patrimônio público e da coisa pública.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai, concordo com V.Exa. O episódio daquelas ações da Epagri, movidas pelos diretores contra a empresa, é um absurdo, é uma calamidade, é um descabimento em termos de procedimento ético em direção de qualquer empresa pública.

Eram essas as colocações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Gostaria, Sr. Presidente, de registrar a presença do Vice-Prefeito de Arroio Trinta, que está aqui acompanhando 26 alunos do 3º ano do curso de contabilidade, do Colégio Cenesista Padre Agostinho.

Portanto, desejo que todos se sintam muito bem e levem para o seu Município o que viram, o que estão ouvindo aqui de cada um dos Srs. Deputados.

Peço que fique consignado esse registro em ata, Sr. Presidente.

Muito obrigado.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Esta Presidência, em nome da Mesa Diretora, endossa o registro de boas vindas aos alunos do Colégio Cenesista Padre Agostinho, de Arroio Trinta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PFL, por até nove minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes, lamentavelmente as páginas dos jornais mais uma vez trazem algumas notícias que não vêm de agrado à nossa comunidade. Falo do jornal de maior circulação no Vale do Itajaí, Jornal de Santa Catarina, que traz duas matérias com as quais a comunidade está inconformada. A primeira diz o seguinte:

(Passa a ler)

"O atendimento foi suspenso por dez dias. Funcionários fazem campanha por verbas.

Ontem, pela primeira vez, em 33 anos de existência em Blumenau, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae) suspendeu o atendimento aos 402 alunos, todos excepcionais, com idade entre zero a 47 anos. O motivo justificado pela direção da entidade é a falta de recursos financeiros. Só de atrasos de convênios federal e municipal" - ainda bem que não tem com o Estado - "a Apae acumula um prejuízo de 60 mil reais, estima Cláudio Cesar Castellain, Vice-Presidente e relações públicas da Apae.

A paralisação é de caráter temporário, até o dia 25. Durante esse período, todos os 99 funcionários e professores da entidade vão aproveitar o expediente de trabalho para buscar uma nova alternativa de arrecadação de verba. A Apae pretende sensibilizar a comunidade."

Quero dizer que a comunidade de Blumenau, os seus empresários, sempre colaborou muito com essa entidade. O que está faltando, diz aqui a matéria, são convênios do Poder Público Municipal e Federal.

Na semana próxima passada estive naquela entidade, em uma inauguração, onde a própria comunidade, inclusive da Inglaterra, através de um convênio com o Lions e o Rotary de Blumenau, construiu para os nossos alunos excepcionais um minicentro de atendimento de lazer, coisa espetacular.

Percebi as crianças alegres, contentes, todas fizeram alguns números, apresentações, que alegraram as autoridades ali presentes. Naquele momento não se comentava o seu fechamento, mas agora abri os jornais de hoje e lamentavelmente vi essa matéria anunciando que vai fechar por dez dias por falta de recursos do Poder Público Municipal e do Federal.

Nós vamos encaminhar, se possível ainda na sessão de amanhã, um requerimento ao Fórum Catarinense, no sentido de uma agilização em Brasília.

Pelo amor de Deus, Srs. Deputados, não podemos permitir fechar uma Apae. Aqueles alunos queridos, que fizeram uma apresentação bonita na semana passada na presença deste Deputado, representando este Poder Legislativo naquela oportunidade, vão

ter que ficar em casa. Como ficarão os pais que trabalham? Como ficam agora os professores? Em porta de loja, de fábrica, fazendo campanha na rua para poder arrecadar o dinheiro.

Eu quero, inclusive, apelar também à Bancada do PT nesta Casa - o Prefeito de Blumenau é do Partido dos Trabalhadores e está deixando acontecer uma situação dessa - no sentido de fazer contato com o seu Prefeito, porque não se pode permitir que isso continue.

Tantas coisas acontecem, tantas barbaridades, joga-se dinheiro público pela janela, e na hora que precisamos de dinheiro para uma instituição como a Apae, deparamos com essa situação que há 33 anos nunca aconteceu na história de Blumenau.

Deputado Volnei Morastoni, seria muito importante se a Bancada do PT também pudesse fazer um apelo ao Prefeito, no sentido de que seja feito esse repasse para que a Apae não precise fechar suas portas.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Wilson Wan-Dall, de qualquer forma nos solidarizamos com a sua manifestação.

Também quero dizer que manteremos os contatos devidos com o Prefeito de Blumenau, Décio Lima, para que possa tomar as providências urgentes para evitar, digamos, essa situação, sabemos, em parte, decorrente também da difícil situação infelizante que os Municípios se encontram. Mas muito mais, e é a razão principal pela qual eu quero aqui registrar essa manifestação: isso é uma fotografia, um retrato dessa cruel realidade social de como o Governo Federal do Sr. Fernando Henrique Cardoso está levando este País.

Ainda hoje estava ouvindo nos noticiários de televisão e lendo nos jornais que os cortes sociais, em função do pacote fiscal, além de atingir a saúde, a educação, também atingem de forma violenta as verbas destinadas para a infância, a adolescência, para a terceira idade e para as pessoas portadoras de deficiência.

Quer dizer, é algo simplesmente que não podemos admitir e temos que denunciar à sociedade, temos que juntar todas as forças suprapartidárias, inclusive, buscar junto ao Congresso Nacional para em nenhuma hipótese admitir esse corte de verbas no campo social.

Simplemmente, sob o pretexto, com a finalidade de pagar juros, esses juros para o sistema financeiro especulativo internacional, para dar dinheiro para especuladores, está tirando o dinheiro da assistência social, da terceira idade, das pessoas portadoras de deficiência, dos programas para a infância e para a adolescência, enfim, está tirando o dinheiro da saúde para pagar juros de compromissos com especuladores.

Então, é exatamente o que aconteceu com a Apae de Blumenau, com mais de quatrocentas crianças e adolescentes portadores de deficiência mental, deficiências múltiplas. E uma instituição como essa tem que fechar as portas. Isso realmente é, ratifico aqui, um retrato, uma fotografia dessa triste realidade em que o Brasil se encontra e, também, é um prenúncio da fatalidade que está por vir no campo social, nos próximos meses, no próximo ano.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Deputado Volnei Morastoni, realmente eu falo aqui do Governo Federal e Municipal, e V.Exa. vem dar um aparte e crítica apenas o Governo Federal...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Na redistribuição do horário V.Exa. terá mais quatro minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Muito obrigado.

A Prefeitura de Blumenau também não repassa os seus convênios, e não é só para a Apae. Ela não repassa para a Universidade de Blumenau, não paga o salário dos servidores, não tem nada depositado, nem um provisionamento do 13º. Há uma incompetência geral, e não podemos também colocar isso só nas costas do Governo Federal.

Então, eu acho que V.Exa. precisa fazer um apelo ao Prefeito do seu Partido, também. Eu já tenho feito muito, porque lá não está se pagando ninguém. Inclusive nem sei se as bandas da Oktoberfest já receberam.

Então, acho que o Governo Federal tem a sua parcela de culpa, mas não podemos aqui aliviar e dizer que o Prefeito de Blumenau nada deve. Ao contrário, está fechando creches, está com problemas nas escolas, de alimentação; na saúde de Blumenau, o Poder Público, que é uma saúde semiplena, cortou todos os exames, cortou os remédios, não atende mais ninguém. Virou um caos a cidade de Blumenau.

Então, faço um apelo para que também a Prefeitura possa dar a sua parte.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Wilson Wan-Dall, quero apenas me solidarizar com o seu pronunciamento e dizer que esta é uma questão social de suma importância. Vale o registro, vale a luta, e queremos ser parceiro junto com V.Exa., já que defendemos a mesma região, e esse assunto não pode ficar no esquecimento.

Gostaria de dizer ainda que temos um trabalho conjunto, da Apae de Pomerode com a Apae de Blumenau. Crianças de Blumenau são atendidas na Apae de Pomerode, até por estarem próximas. Então, queremos até dar continuidade ao seu pronunciamento.

Eu gostaria de registrar ainda a presença no Plenário do Prefeito Henrique Drews Filho, da minha cidade de Pomerode, ele que pertence ao PTB mas está com o pé de volta ao seu velho ninho, que é o PPB. Desta forma, gostaria de registrar a sua presença.

Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Muito obrigado, Deputado Gilmar Knaesel.

Também gostaria de cumprimentar o Prefeito aqui presente.

O outro assunto que me traz a esta tribuna também uma matéria no Jornal de Santa Catarina, que diz que o pedágio da BR-470 custará 3,09. O valor será cobrado no posto próximo a Indaial. Nos outros dois, na região, a tarifa deve ser de até 50% por cento menor.

Por que de Blumenau a Indaial é mais de 50% mais caro do que nos outros trechos da duplicação? Nós vamos fazer nos próximos dias um encontro com todos os segmentos da nossa sociedade - associações de moradores, sindicatos, representantes da comunidade e sindicatos patronais -, porque não podemos permitir isso. É uma obra federal, mas o Governo do Estado pediu para que Santa Catarina fizesse a licitação, e foi feita.

Então, o Departamento de Estradas de Rodagem, Deputado Lício Silveira, faz uma licitação, e querem cobrar de um trecho de maior movimento, que, ao contrário, é onde deveria ser mais barato do que o custo do trecho que tem menor movimentação.

De Blumenau a Indaial, o Deputado Gilmar Knaesel sabe disso, já tem um levantamento, o trânsito é comparado ao mesmo número da BR-101, e querem cobrar o dobro só porque tem mais movimento.

Tudo o que se vende em maior quantidade cai o preço. Aqui eles querem duplicar a BR-101, mas querem duplicar o preço do trecho de Blumenau a Indaial, e nós não vamos permitir. Nós vamos fazer um movimento para que isso não aconteça na nossa região.

Não se pode em um outro trecho cobrar menos de 50% - mais ou menos R\$1,50 - do que nesse trecho de Blumenau a Indaial, que são R\$3,09.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. está defendendo só a sua região, Deputado. Esse assunto é de interesse de todo o Estado. Vem aí uma política de pedágio. E acho que a Assembléia Legislativa, através da sua Comissão de Transportes, tem que se debruçar em cima desse assunto, porque em alguns casos esse pedágio é extremamente caro. E se for nessa região, como V.Exa. falou, e posteriormente na BR-101 e nas outras seis BRs do Estado, acho que as coisas não poderão ser determinadas da forma como determinadas pessoas querem.

Por isso, acho que temos que intervir, e logo, senão, vamos ter reflexos, inclusive, no custo final dos produtos, eis que sabemos que praticamente 100% dos bens de consumo são transportados pelas nossas BRs.

Então, acho de extrema importância a Assembléia Legislativa ter um pronunciamento. Esse assunto sugiro que V.Exa. encaminhe à Comissão de Transportes, para que ela já se precavenha, para que possamos, então, dar início a um estudo com relação a esse aspecto do pedágio.

O que existe de abuso aqui, em Santa Catarina, ainda é pouco, porque tem pouco pedágio, mas em outros Estados da Federação, como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, não é brincadeira.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Vamos encaminhar à Comissão de Transportes, solicitando uma cópia desse convênio, para ver o porquê de um trecho ter que ser mais caro do que o outro, pois isso não existe em lugar nenhum. Esse é o preço do pedágio para um automóvel, ninguém sabe ainda o preço para um veículo maior, para um caminhão, um ônibus, é o preço para um automóvel: R\$3,09.

Então, vamos fazer uma solicitação à Comissão de Transportes, vamos aqui, sem dúvida nenhuma, fazer uma audiência pública, chamar todas as entidades, porque nós, como representantes do povo, não somos até contra o pedágio...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu acho importante debatermos aqui as questões sociais trazidas pelo Deputado Wilson Wan-Dall, aparteado pelo Deputado Volnei Morastoni e outros Deputados, porque coloca na Ordem do Dia que sociedade queremos, que Estado e que políticas públicas vamos construir neste

Pais e, na perspectiva da construção das políticas públicas, o que cabe ao Município, ao Estado e à União.

Percebemos que as reformas estão se processando contraditoriamente, num processo de centralização dos recursos e na descentralização e socialização para a sociedade das responsabilidades e das políticas públicas ou passando para os Municípios, para as entidades sociais ou privadas, destituindo a responsabilidade do Estado, enquanto instituição pública, de efetivamente produzir políticas públicas que atendam a maioria da população.

É interessante, sim, trazer aqui as responsabilidades dos nossos Municípios: como estão se constituindo, como não estão conseguindo responder as demandas, até porque os Municípios estão próximos da população. Agora, não trazermos aqui o efetivo e fundamental debate, que é o modelo de desenvolvimento que está se construindo neste País, que é o desmonte das políticas públicas, que é a desestruturação e a minimização do papel no Estado da sociedade, é tentar colocar a responsabilidade em Prefeitos ou em algumas autoridades, e não perceber, efetivamente, quem são os principais responsáveis deste País, que é a política econômica, que é a perspectiva ideológica calcada na destruição das políticas que socializam os bens coletivos de consumo não só na área da educação, da saúde, mas na área da assistência social.

As reformas estão conduzindo para a volta do clientelismo e apadrinhamento político na medida em que desvincula o destino dos recursos, tirando recursos e percentuais da saúde, da assistência social, da educação, do saneamento básico, da habitação e deixando flexível, aberto para o próprio Governo, o próprio Executivo, ir deliberando para onde devem ir os recursos públicos.

É ali que está a crítica central que nós temos que fazer na política de desmonte da lógica construída, de fortalecimento dos Conselhos Municipais, de fortalecimento da democratização dos recursos públicos, independentemente da cor partidária.

O que está ocorrendo hoje é um processo de discriminação, e vimos isso nas próprias emendas do Orçamento. Quais emendas do Orçamento foram, neste ano, destinadas e quais não foram? Foram para os Deputados Federais, cúmplices, aliados do Governo Federal? E para o que era Oposição, foram recursos públicos?

Então, é fácil condenar as nossas administrações...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos dois minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência justifica a ausência dos Deputados Francisco Küster e Herneus de Nadal.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 24 Srs. Deputados. Há *quorum* para deliberação.

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 231/98, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade e Comarca de Anchieta.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Saúde e Meio Ambiente.

Projeto de Lei nº 303/97, de autoria do Deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na cidade de Itapema e foro na Comarca de Tijucas.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Saúde e Meio Ambiente.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 205/98, de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que altera a Lei nº 9.120, de 12 de junho de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde e dá outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão o projeto.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do projeto de Lei Complementar nº 012.0/98, em regime de urgência, de procedência governamental, que dispõe sobre o quadro de combatente de policiais militares e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram enviados a esta Casa pelo Executivo, a partir de agosto, um conjunto de projetos. São quatro projetos ao todo.

Tivemos a oportunidade de destacar um deles, o de nº 12/98. Além de uma questão de justiça, este projeto traz uma questão de constitucionalidade, ou seja, a Polícia Militar de Santa Catarina tem hoje um conjunto de quadros de carreira separados. Os bombeiros têm um quadro de carreira, os policiais têm um outro quadro de carreira e os especialistas têm um outro ainda.

Portanto, no caso, a polícia feminina não tem oportunidade de galgar um posto mais elevado na Polícia Militar, o máximo que uma policial consegue alcançar é o posto de Capitã, porque o quadro da polícia feminina assim permite.

Entendemos que se essa situação permanecer, a Polícia Militar de Santa Catarina estará cometendo uma inconstitucionalidade frente ao art. 5º da Constituição Federal, que de forma explícita estabelece que homens e mulheres são iguais perante a lei, não podendo sofrer qualquer tipo de discriminação.

A policial, hoje, exerce as mesmas tarefas do policial (ronda, enfrentamento com a marginalidade), ou seja, as mulheres estão em todas as atividades da Polícia Militar.

Srs. Deputados, não é justo a permanência de uma carreira estrangulada, com um único posto de tenente podendo ser ocupado por uma mulher e não podendo, em nenhuma hipótese, alcançar outros postos da hierarquia.

É por isso que no primeiro momento apresentamos um substitutivo destacando a questão da policial. Posteriormente ao debate, ao aprofundamento da discussão, entendemos que não havia necessidade, então, retornamos ao projeto original, que, inclusive, unifica a carreira.

Tenho uma correção a fazer, Srs. Deputados, é no máximo capitão. Alguém da Polícia Militar, um homem, muito gentilmente, veio fazer a correção, a quem agradeço.

Como não houve problema no debate para a unificação, conforme a proposta original que unificava também a questão dos bombeiros e a dos especialistas, de comum acordo e por unanimidade foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis o projeto original, para o qual peço o voto de todos os Parlamentares. Que possamos repetir no Plenário a unanimidade da votação da Comissão, deixando claro que este procedimento é necessário mas não suficiente para que sejam eliminadas as formas de discriminação, até porque na Polícia Militar as promoções são por "QI", e "quem indica" é o comandante. Portanto, as discriminações podem continuar ocorrendo.

Nos outros três projetos vamos ter que encontrar saídas para que o QI não seja absoluto e que todo e qualquer membro da corporação possa almejar e alcançar o mais elevado posto, que é o de coronel.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, com referência ao Projeto de Lei Complementar nº 12/98, concordamos com muitas das afirmativas da Deputada Ideli Salvatti, mas queremos complementar dizendo que não é somente o quadro da polícia feminina que viviam uma estagnação. Vários segmentos especializados da Polícia Militar, independentemente de sexo, viviam o mesmo problema, especialmente nos quadros dos praças e também no quadro dos oficiais.

Tinhamos carreiras deficitárias em nível de oficiais veterinário, médico, dentista e músico. Muitas outras especialidades também não tinham a possibilidade de carreira fluente, a exemplo de outros quadros, que tinham encaminhamento melhor.

Agora, e até com a sensibilidade da Deputada Ideli Salvatti em retirar o seu substitutivo global, que não contribuía para a justiça plena dentre todos os quadros de carreira da corporação, o projeto que vamos votar daqui a pouco, o nº 12/98, estabelece uma realidade absolutamente nova em nível de carreira na Polícia Militar, pois iguala todos os seus segmentos especializados, dá ao policial militar, independentemente de graduação ou posto, ou seja, quadro da base ou quadro dos praças ou quadro de oficiais, a mesma possibilidade de carreira, o mesmo progresso e as mesmas oportunidades, mantendo-se a garantia da especialidade, da formação técnica para o exercício da função.

Este é um projeto extremamente interessante, vai colocar a Polícia Militar de Santa Catarina, a exemplo de todos os segmentos organizados, mesmo de iniciativa privada, na linha de frente em termos de justiça e possibilidade de carreira, o que vai nos satisfazer plenamente em função da nossa história dentro da corporação, bem como a todo o efetivo da corporação, que será contemplado.

Temos ainda mais três projetos que falam da carreira da Polícia Militar, mas este de nº 12/98 é o primeiro a ser votado. Já existe um acordo entre membros de todas as Bancadas dos Partidos que estavam representados na reunião da Comissão de Justiça na terça-feira da semana anterior. Em comum acordo, trabalhamos para que os outros projetos tramitem também em regime de urgência, para que todo o processo seja aperfeiçoado.

Este projeto que vai ser votado hoje é de extrema importância, mas não é suficiente para que o policial militar, independentemente de pertencer aos quadros básicos, intermediários ou superiores da corporação, possa ter uma carreira justa.

Há necessidade, sim, que os outros projetos que hoje estão na Comissão de Justiça sejam debatidos e encaminhados com a mesma presteza, com a mesma atenção.

É importante que os outros Parlamentares presentes honrem a Polícia Militar com os seus votos favoráveis ao Projeto nº 12/98.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, eu vou votar favoravelmente, porque os argumentos apresentados pela ilustre Deputada Ideli Salvatti e por V.Exa. já diz tudo.

Recentemente, recebi a visita do Tenente-Coronel Eliezer, a quem tenho uma grande estima, que foi comandante na minha cidade. Ele me pediu que votasse favoravelmente a este projeto e aos outros.

Até fiz comentários a respeito, por ver um Tenente-Coronel do sexo masculino vir aqui pedir que votássemos a favor de um projeto que vem beneficiar a Polícia Militar Feminina, pois a impressão que se tem é de que ele seria de posição contrária, mas não, o ponto de vista dele é igual ao seu e o da Deputada Ideli Salvatti.

Por isso, vou votar com muito prazer favoravelmente a este projeto, atendendo o pedido de V.Exa., da Deputada Ideli e do Tenente-Coronel Eliezer.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Nobre Deputado, o seu aparte vem mostrar que há um entendimento na matéria proposta e que a solução é a aprovação, que vai colocar a Polícia Militar, como dissemos antes, na linha de frente nos quesitos de justiça e de oportunidade de carreira.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Nobre Deputado, iríamos ocupar a tribuna a posteriori, mas vamos aproveitar o espaço de V.Exa., que tem profundo conhecimento da matéria, para fazer a nossa manifestação a respeito do encaminhamento deste projeto.

Tivemos a oportunidade, há muito tempo, de obter do Presidente da Comissão de Justiça a missão desiderato de relatarmos este projeto, e foi sempre conduzido em entendimentos, tanto com a Deputada Ideli Salvatti, como com V.Exa. e outros Pares da Comissão de Justiça, para que pudéssemos chegar a esse momento de votação.

Nossa posição foi explicitamente colocada, manifesta anteriormente, quando já da discussão com as nossas policiais femininas, e com toda certeza, hoje, a posição não poderia ser contrária. Havia, e aqui é bom que se torne muito clara essa questão, uma preocupação, até manifestada pelos nossos companheiros da Bancada do PPB e do PFL, de que este projeto pudesse gerar despesas. Houve um estudo, houve um aprofundamento nessa questão, tanto que o projeto nem seguiu à Comissão de Finanças para sua análise, porque houve já a diluição desse assunto, o esgotamento dessa discussão na própria Comissão de Justiça.

Então, também cumprimento V.Exa. por essa manifestação. A preocupação da repercussão financeira inexistente, em função de não causar despesas, não causar fluxo financeiro. Com toda certeza, a nossa posição, assim como a de toda a Bancada, com a permissão do meu Líder, Deputado Norberto Stroisch, é pela aprovação do projeto.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Nobre Deputado Júlio Teixeira, o atual projeto vai transformar aquilo que eu digo brincando, que na polícia só tem anjo, e como anjo não tem sexo, não tem que dividir por "a" ou por "b", nós precisamos oportunizar que a carreira seja justa, igual, e quase que uma certeza para o policial que tem grande dedicação nos trabalhos.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede mais uma vez um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Apenas para dizer a V.Exa. que, conversando com uma sargento, achei estranho ter que chamá-la de sargento. Por que não chamá-la de sargenta? Ela me disse que todos os policiais são tratados com igualdade de condição. Por isso, mais uma vez reforço a tese de V.Exa.: se é sargento, tanto faz ser feminino como masculino, tem que ser tudo igual.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - É que a graduação é do anjo, Deputado, e anjo não tem sexo!

Para finalizar o nosso pronunciamento, solicitamos o empenho, o voto de cada Parlamentar.

Gostaria de cumprimentar a representação da polícia feminina. Temos o prazer de ver aqui tanto o quadro dos oficiais como o quadro das praças, muito bem representados, o que, efetivamente, irá fazer com que esta tarde seja um marco para a diferença do antes e do depois do Projeto nº 12/98, que vai, seguramente, mudar a história da carreira de todos vocês.

Parabéns! Vocês merecem!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

o SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, e Srs. Deputados, em breves considerações venho, desde logo, manifestar a aquiescência da Bancada do PMDB e o voto favorável de todos os seus integrantes ao projeto que será na seqüência deliberado, até porque vem ao encontro de um grande anseio, e vem, sobretudo, como assinalado aqui pela eminente Deputada Ideli Salvatti, corrigir uma distorção e uma discriminação, que são vedadas até pelo próprio texto da Constituição Federal, quando diz que não pode haver nenhum tipo de acepção, nenhum tipo de distinção entre homens e mulheres. Por isso, o projeto é benfazejo, o Governo do Estado foi sensível a esta postulação e a Bancada do PMDB fará a sua parte votando favoravelmente à aprovação do projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, componentes da nossa gloriosa Polícia Militar de Santa Catarina, em especial eu saúdo aqueles componentes que terão a oportunidade de poder galgar todas as posições na Polícia Militar, acabando com uma discriminação que efetivamente não seria própria desta gloriosa corporação do nosso Estado.

Eu quero aqui, neste momento, já que foi citado o nome de algumas pessoas que pediram o apoio a este projeto, também fazer justiça, começando pelos militares que trabalham aqui na Assembléia Legislativa: o nosso Coronel, Chefe da Assessoria Militar, o nosso Tenente Souza e o nosso Major Irineu, que em muitas oportunidades nos solicitaram o apoio a este projeto.

Também quero ressaltar o empenho pessoal do grande amigo que eu tenho, o Coronel Backs, que tive a honra de ter como Chefe do Gabinete Militar quando fui Presidente desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que se estabelece aqui neste momento é a igualdade de tratamento. E igualdade de tratamento é exatamente o princípio que todos nós, Parlamentares, sempre lutamos.

Parece-me que neste momento comete-se um ato de inteira justiça, possibilitando a todas as carreiras da Polícia Militar do Estado a galgarem o posto máximo, até porque todos nós que entramos em determinada carreira gostaríamos de culminá-la atingindo o último degrau.

Assim sendo, nós queremos, em nome do Partido Progressista Brasileiro, PPB, hipotecar o nosso irrestrito apoio. Votaremos favoravelmente ao projeto para que tenhamos aqui uma votação de unanimidade, o que representa, acima de tudo, o respeito que nós temos por todos os componentes da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Todos vocês ou todas vocês terão o nosso apoio, a nossa solidariedade e, principalmente, o voto que caracterizará a aprovação unânime da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Comunicamos que trata-se de projeto de lei complementar. Portanto, a votação é nominal.

Lembramos ao Deputado Gilson dos Santos, que citou com muita justiça o efetivo da Casa Militar da Assembléia Legislativa, a Cabo Santina, também lotada na nossa Assembléia Legislativa, que acompanha inclusive a presente sessão.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, eu citei os Comandantes. Agora, citei que a corporação aqui na Assembléia é absolutamente solidária com este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente! Para corroborar isso, esta Presidência faz o complemento que V.Exa. também concordou.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Como se trata de projeto de lei complementar - a própria votação assim determina - e como necessita de *quorum* qualificado, nós solicitamos, antes do início da votação, a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 25 Deputados presentes neste momento, mas para registro em ata vamos fazer a chamada.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a verificação do *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 29 Srs. Deputados.

Há *quorum* mais que suficiente para a votação.

Quem deseja aprovar o projeto deve votar "sim" e quem deseja rejeitar o projeto deve votar "não".

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Queremos reforçar, Sr. Presidente, o encaminhamento anteriormente feito em aparte.

A pedido do nosso Líder, Deputado Norberto Stroisch, bem como de todos os Deputados da Bancada do PFL, estamos encaminhando favoravelmente à aprovação da matéria.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - A Bancada do PDT vota "sim". Esta é a posição que o Partido Democrata Trabalhista vai tomar em função da votação, reconhecendo o mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao Sr. Quarto Secretário,

Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação nominal.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO	
(Deputado Adelor Vieira)	
DEPUTADO ADELOR VIEIRA	sim
DEPUTADO AFONSO SPANIEL	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	ausente
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	ausente
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	ausente
DEPUTADO GELSON SORGATO	ausente
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	ausente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	ausente
DEPUTADA IDELI SALVATTI	sim
DEPUTADO IDELVIN FURLANETTO	ausente
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	sim
DEPUTADO IVO KONELL	sim
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	sim
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	ausente
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	sim
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	ausente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 28 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado.

(Palmas das galerias)

Apenas lembrando, não aos Deputados mas aos assistentes, que o Presidente vota apenas se houver empate. É assim que determina o Regimento. Mas a minha posição, se houvesse empate, certamente seria voto favorável, conforme orientação da Bancada e posicionamento já tomado em conjunto.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlito Merss, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do STF, pedindo agilização no julgamento da ação de retificação de traçado e projeção da divisa interestadual marítima entre os Estados de Santa Catarina e Paraná.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eni Voltolini, que solicita ao envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Saúde, pedindo o repasse do convênio entre a Secretaria e o Hospital Bom Jesus, no Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, solicitando audiência pública na Comissão de Educação para tratar da aplicação da Lei Complementar nº 170.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, reivindicando reestudo no corte dos recursos destinados à pesquisa, contemplando o CNPq com oito bolsas de estudo para o último trimestre deste ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, eu dei entrada em

um requerimento subscrito por mais de 20 Srs. Deputados, e gostaria de saber da possibilidade de colocá-lo em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito à assessoria que providencie o referido requerimento, lembrando que ele só poderá entrar na pauta de hoje se houver a concordância de todos os Srs. Líderes.

Consulto os Srs. Líderes se podemos incluir o requerimento dirigido ao Tribunal de Contas.

(A Bancada do PMDB não aquiesce.)

Não havendo concordância por parte da Bancada do PMDB, será incluído na pauta de amanhã.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Sr. Presidente, nós, na segunda-feira, apresentamos um requerimento onde houve, por parte de V.Exa., determinação já da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito das Habilitações das Carteiras de Motorista.

Parece-me que V.Exa. já tem em mãos as indicações partidárias com relação aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com exceção da Bancada do PMDB, mas estamos sendo informados pelo seu Líder que está sendo apresentada neste momento. Portanto, temos todas as indicações.

Inclusive, Deputado Júlio Teixeira, podemos dar publicidade dessa indicação. PPB:

Deputado Olives Santini e Deputado Reno Caramori; PMDB: Deputado Ivo Konell e Deputado Miguel Ximenes; PFL, Deputado Júlio Teixeira; PT: Deputado Pedro Uczai; PSDB: Deputado Jorginho Mello.

O Sr. Deputado Olives Santini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Estamos preparando a resolução. A Comissão poderá se reunir para dar as tratativas.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Olives Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Sr. Presidente, como membro mais idoso desta Comissão proposta e aceita por V.Exa., gostaria de convidar todos os membros para uma reunião na sala da Comissão de Justiça, para a instalação da Comissão e eleição do Presidente e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

Em seguida, esta Presidência, juntamente com a Mesa Diretora, assinará a Resolução, e a Comissão poderá se reunir.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 19 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nº:

3913, indicando o Sr. Deputado Ivo Konell, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que altera a Lei Complementar nº 129 de 07 de novembro de 1994.

OFÍCIOS NºS:

1650, do Sr. Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda, em resposta ao Telefax nº 0863.3/98, datado de 21/10/98;

5534, do Sr. Prefeito Municipal de Chapecó, manifestando posição favorável da Câmara Municipal de Vereadores, pela tramitação do processo de Emancipação dos Distritos de Marechal Bormann e Goio-En;

801/98, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do inteiro teor das palavras proferidas pelo Sr. Ministro Adhemar Paladini Ghisi, manifestando o pesar em face do falecimento do Exmo. Sr. Senador Wilson Pedro Kleinübing.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra em Breves Comunicações, passare-

mos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo nenhum representante do PT que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Inscrito o Sr. Deputado Jorginho Mello, a quem concedemos a palavra por seis minutos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que no dia 23, segunda-feira, começa a ter validade a Resolução nº 050m do Contran - Conselho Nacional de Trânsito, que eleva consideravelmente os valores para se obter uma carteira nacional de habilitação.

Até então, o custo era de R\$48,00; agora passará para R\$ 423,00. Estou preocupado, porque a dificuldade financeira está presente e há pessoas que não podem dispor desta despesa a mais. E muitas delas até precisam desta carteira para trabalhar, como os motoristas de táxi, de caminhão, de ônibus, etc.

Fui até ao Detran para saber como ficaria isso, e soube que todos terão que passar pela auto-escola. Não tenho nada contra as auto-escolas, mas poderia haver uma forma de

o cidadão, sentido-se habilitado, ir até ao Detran e fazer um teste. Se ele for reprovado nesse teste, seria encaminhado para uma auto-escola para fazer as aulas exigidas e, assim, entregaria os certificados provando que frequentou as devidas aulas.

Agora, até para renovar as nossas habilitações teremos que voltar a fazer provas teóricas e práticas. Isto está errado, Deputado Lício Silveira! Entendo que precisamos nos prevenir contra os maus motoristas, contra os analfabetos que dirigem, pessoas com deficiência visual, mas não se pode admitir que quem já tem habilitação volte a fazer os testes, porque quem vai ganhar muito dinheiro com isso são as auto-escolas.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Deputado, temos que colocar na discussão alguns fatos que são extremamente relevantes.

Hoje, em Santa Catarina, a proporção de mortes para cada cem mil veículos é em torno de 14. Nos Estados Unidos, a proporção é de 2.3 mortes para cada cem mil veículos. Na cidade de São Paulo, gira em torno de 4.5 mortes para cada cem mil habitantes. Então, se analisarmos a questão da violência que o trânsito representa em Santa Catarina e no Brasil... Pois a questão de São Paulo é a violência urbana, e não a questão do trânsito, por isso dá essa desproporção.

Mas estamos vivendo uma verdadeira guerra civil, onde a arma poderosa é o automóvel, a moto. E o Contran, através de normas que estão entrando em vigor hoje - outras entrarão no dia 23 -, reformula bastante essa questão da responsabilização dos que buscam habilitar-se para a condução de veículos.

E nós, baseados nos números, que são absolutamente negativos - e é um caso de segurança pública, sem dúvida nenhuma -, precisamos defender regras mais rígidas. Estive no Rio Grande do Sul, na terça-feira, para conhecer o terceirizado Centro de Habilitação de Condutores de Veículos. É um sistema interessante, porém com regras rígidas, o que acabou impulsionando muita fraude na expedição de habilitações, que será apurada através de uma CPI que está sendo instalada por esta Assembléia Legislativa.

Então, o Brasil está mudando a sua cara, a sua lógica, e nós entendemos que para enfrentar o trânsito, tornando-o mais humano, mais responsável, mais à altura do cidadão catarinense e brasileiro, precisamos efetivamente reformular as regras, porque elas precisam ser enrijecidas. Não sei se muito, mas alguma coisa precisa ser enrijecida.

Um Colega que por aqui passou disse que existem muitos analfabetos que dirigem, na prática, melhor do que muitos Deputados até. Porém, essa uma questão para ser debatida e analisada com carinho, na medida em que o número de mortes provocadas pelo trânsito é como uma verdadeira guerra civil, e nós precisamos enfrentar essa realidade.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço o seu aparte, e quero reafirmar que concordo que seja mais rígida a concessão da carteira de motorista. Com a constituição de uma CPI, irá aparecer muita coisa, como pessoas que não sabem nem escrever, que não têm condições de ler uma placa de trânsito mas têm carteira de motorista.

Agora, o que me preocupa é a majoração, porque o valor das trinta horas teóricas passará para R\$135,00 e o das outras quinze aulas práticas, para R\$240,00, isso acrescido das taxas obrigatórias no valor de R\$48,00. Quer dizer, aumentará de R\$48,00 para R\$420,00.

Então, a minha grande preocupação é com as pessoas que não têm condições de pagar mas que dependem desta habilitação para trabalhar. Provavelmente algumas pessoas virão pedir, como sempre acontece, para os políticos pagarem, só que antes eles vinham pedir R\$48,00, agora virão pedir R\$420,00!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPP.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, gostaria de tecer algumas considerações a respeito de um documento que deverá ser apreciado pelo Plenário dentro de instantes. Trata-se de uma solicitação de vários Srs. Deputados, que, independentemente de coloração partidária, pedem ao Tribunal de Contas que proceda a uma auditoria na Secretária da Fazenda no período compreendido entre 1º de novembro de 1998 até 31 de dezembro do corrente ano.

Há necessidade premente disso, uma vez que os dados que estão sendo divulgados (ou que não estão sendo divulgados) dão margem a que nós deixemos muito claro ao Governo que estamos querendo as informações para saber o que realmente arrecadamos, o que realmente pagamos e o que está faltando para pagar o servidor de Santa Catarina em dia.

Cada vez mais tenho certeza que o Governo está fazendo opção por outros pagamentos que não sejam aqueles constitucionais. E se nós tivéssemos a oportunidade de ter claro esses números, nenhum documento desta natureza daria entrada no Plenário desta Casa.

Srs. Deputados li hoje num jornal do Estado uma declaração do Secretário Cesar Barros Pinto, que é o encarregado do fornecimento de informações do Governo em transição, dando conta que vai diminuir o número de informações a serem dadas ao futuro Governo. Isso é realmente algo inconcebível, algo que não tem a mínima condição de ser defendido, porque, além do Governo ter que ser explícito, claro com todo o povo de Santa Catarina, no mínimo tem que fornecer aqueles que vão entrar em 1º/1/99 a situação real do Estado em todos os campos!

Isso realmente me deixa até certo ponto decepcionado, porque essas informações são indispensáveis para todos nós. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que apelo no sentido de que aproveemos esse requerimento, que está na pauta no dia de hoje, porque este Governo está querendo enganar Santa Catarina, como fez durante um longo período.

O Sr. Deputado Lício da Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Da Silveira - Sr. Deputado, este assunto é importante, haja vista que não só as finanças públicas do

Governo estão numa situação delicada. Nós precisamos conhecê-las, inclusive as tratativas que estão tendo neste momento com a rolagem da dívida, porque o Governo nem sabe como vai acertar essa parcela dos quase R\$270 milhões de reais, que está vencendo agora, dia 30 de novembro, com relação à rolagem da dívida, assunto que já abordamos anteriormente aqui, manifestando a nossa preocupação, porque ali estavam alienadas ações da Celesc, alienados imóveis e alienado mais um assunto relativo a uma medida provisória com relação, se não me engano, a um aspecto imobiliário.

Bom, se essa rolagem for feita de forma inadequada... E eu acho que já como o Senador Esperidião Amin conseguiu licença do Senado para colocar esses valores, poderíamos também, nessa negociação, colocar, por exemplo, as dívidas que a Fundação Catarinense de Cultura tem com relação ao INSS, ao FGTS. Inclusive nessa semana eu fui ter conhecimento que a Fundação não recebe há algum tempo, há mais de um ano, nenhum convênio do Ministério da Cultura, porque está inadimplente. Se está inadimplente, como consequência não tem condições de fazer convênio.

A situação das empresas estatais, por outro lado, também é nebulosa, porque não se sabe perfeitamente como as coisas estão acontecendo. Para ilustrar, na Celesc - e já alertei aqui - tem uma previsão com empréstimo do Banco Real. Mas com essa comercialização de papers que estão refazendo - agora vão refazer duas operações, eu não sou contra as operações, sou contra a forma como uma delas pode ser feita, que vai fazer com que o faturamento da empresa fique vinculado ao pagamento - conseqüentemente vamos ter problemas no sistema de distribuição e não vão ter recursos para fazer frente a essas despesas.

Então, a população de Santa Catarina pode passar seis meses com problemas devido a negociações que poderão ser mal conduzidas, porque o Governo que aí está não tem mais fôlego para fazer boas negociações.

Ora, a Casan, segundo informações, também de forma nebulosa, porque tudo é fechado... Hoje parece que estão emprestando mais uma vez 3 milhões de reais à Fundação da Fucas para pagar alguns assuntos que não se sabe o que é. Para se ter uma idéia, a Fundação Celesc emprestou 10 milhões de reais para a Celesc e conseqüente repasse ao Governo.

Então, são informações que precisamos saber. É uma questão de bom senso. E se não tivermos acesso... E ainda vemos um cidadão desse aí, esse "gurizinho", dizendo que vem fazendo qualidade total ao longo de três anos. Que qualidade fez? Qualidade o quê!? Qualidade do estado falimentar das finanças públicas do Governo. E este Governo vem querer dizer que vai minimizar o máximo possível as informações?!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Vai restringir.

O Sr. Deputado Lício Silveira - É a mesma coisa, no meu modo de entender, restringir, minimizar, daqui a pouco é só cortar, só falta ir por esse caminho.

Deputado, acho que temos que forçar a barra mesmo, até para os Deputados conhecerem a realidade do Estado, das empresas, para sabermos como estão as coisas realmente. Não é que seja só da responsabilidade do novo Governo, a responsabilidade também é nossa de conhecer a realidade dessa situação.

Era esse o aparte que gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu agradeço, Deputado Lício Silveira. Sem dúvida nenhuma estamos fazendo esse requerimento porque temos tido dificuldade de conseguir por outras vias.

É lamentável, Deputada Ideli Salvatti, que tenhamos que recorrer ao Tribunal, em que pese ser ele o órgão específico para isso, mas isso deveria ter sido aberto, público, sem nenhum tipo de problemas. Não custa fazer um relatório de pagamentos, de receita e de despesa e afixar em todos os jornais do Estado, para dar a real situação que vive o Estado de Santa Catarina.

Portanto, aqui reitero a todos os Srs. Deputados o pedido para que esse requerimento seja aprovado no dia de hoje, para que o Tribunal imediatamente entre na Secretaria da Fazenda e possa fazer esse trabalho, apesar de sabermos que vão ter dificuldades imensas, porque realmente existe uma série de subterfúgios.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradeço pela atenção e deixo a tribuna para que o Deputado Gilmar Knaesel possa falar.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do espaço reservado ao PPB, com a palavra o Sr. Deputado Gilmar Knaesel, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o assunto que quero abordar é até correlato com aquilo que o Deputado Gilson dos Santos estava colocando.

A Comissão de Finanças desta Casa há tempos vem se preocupando com essa questão de acompanhamento dos gastos do Poder Executivo. E quanto ao encaminhamento feito pela Comissão junto ao Tribunal de Contas e também junto ao Poder Executivo, para fazermos um acompanhamento efetivo dos gastos, nós precisamos realmente.

Precisamos, a Comissão, a assessoria técnica, que pudesse haver, Sr. Presidente, a interligação de informática, num sistema *on line*, entre a Assembléia Legislativa e o Ciasc. O Ciasc, hoje, é que tem essas informações de pronto.

Lamentavelmente, o Tribunal de Contas, que fiscaliza os Municípios de Santa Catarina em sistema *on line*, que tem acesso direto a todos os Municípios, portanto, faz uma fiscalização efetiva, um acompanhamento efetivo, não tem com o Poder Executivo Estadual o acesso em sistema *on line*. Ele depende de remessa, Deputado Reno Caramori, de remessa de balancetes, que muitas vezes chegam ao Tribunal 60, 90 dias após o efetivo fechamento do mês. Portanto, existe uma defasagem muito grande de tempo.

Então, a Comissão de Finanças, através da Comissão de Orçamento Regionalizado, tem feito um esforço muito grande nesse sentido. E quero provar isso, e está provado no relatório que apresentamos ontem, em relação ao Orçamento do ano que vem, onde apontamos os gastos e principalmente as dívidas já vencidas e as dívidas vincendas do atual Governo, o que ele vai deixar para o futuro Governo.

Esse tem sido um trabalho de acompanhamento que estamos fazendo de forma até arcaica, tendo que buscar, através do Diário Oficial, diariamente, o acompanhamento, buscar as informações e transcrevê-las, fazendo então esse trabalho, quando poderia ser facilitado.

Essa é uma preocupação que temos há muito tempo, em nome da Comissão, e esperamos, para o futuro, para a continuidade dos trabalhos da Comissão de Finanças, ter essas informações via sistema *on line*, para facilitar e realmente fazer exercer a fiscalização e o acompanhamento do Orçamento.

Também quero aproveitar, dentro desse assunto, para dizer que a Comissão, no dia de ontem, aprovou por unanimidade o parecer prévio, de nossa autoria, sobre a tramitação do Projeto de Lei do Orçamento para 99, e constatamos alguns problemas.

O principal deles é que o Poder Executivo ignorou mais uma vez o trabalho feito pela Assembléia Legislativa, por todos os senhores 40 Deputados, que é o Orçamento Regionalizado.

Nós fizemos o trabalho este ano, corremos as regiões, visitamos praticamente todos os Municípios, os quais tiveram a oportunidade de participar, apresentando as suas prioridades. Quer dizer, todos tiveram a oportunidade de participar - alguns não participaram - trazendo as prioridades municipais, regionais, e o documento extraído dessas audiências públicas foi enviado ao Poder Executivo em tempo hábil, para que ele incluísse na peça, no projeto de lei que remeteria à Assembléia Legislativa. Lamentavelmente, mais uma vez, não o fez.

Então, essa é a grande questão com a qual estamos nos defrontando em nome da Comissão de Finanças. E no nosso parecer prévio sugerimos incluir as emendas regionais, que seria uma emenda de todos os quarenta Deputados, incluindo as prioridades elencadas em todos os Municípios de Santa Catarina, em todas as regiões, e o parecer foi aprovado por unanimidade.

Para tanto, agora abrimos um prazo de cinco dias úteis para a apresentação de emendas para os Srs. Deputados, e já deverão estar recebendo hoje, em nome dos seus gabinetes, o informativo.

Esperamos ter a compreensão de todos os Deputados para esse encaminhamento, porque é um projeto da Casa, independente de sigla partidária, um projeto que hoje é lei, aprovado por todos.

Todos os Deputados, independente da região, tiveram a oportunidade de participar desse trabalho. Portanto, temos, hoje, em mãos, aquilo que não podíamos chamar a realidade e as necessidades dos Municípios da região de Santa Catarina.

Está orçado em 80 milhões de reais. Para tanto, precisamos cortar algumas propostas do Poder Executivo, a fim de que possamos incluir esses valores de forma a contemplar e dar continuidade àquilo que em várias oportunidades nos pronunciamos. Trata-se de um projeto que foi transformado em lei, que provocou uma profunda mudança. Então, não podemos agora, num momento crucial, na votação do Orçamento, perdermos essa informação. Inclusive, é nossa obrigação, porque aprovamos a lei, procurar executá-la.

Então, Srs. Deputados, a não ser que ocorra um fato nos últimos tempos, um problema regional, local, de suma importância, que precise estar encaminhado no Orçamento do ano que vem, nós damos a oportunidade para que seja incluído. Mas se não houver por parte dos Srs. Deputados nenhum encaminhamento dessa natureza, pedimos a participação de todos para que através dessa emenda - podemos até chamá-la de emenda única - que vai abranger todas propostas do Orçamento

Regionalizado, e foi desta forma que nós demos o parecer, busquemos, então, para a próxima semana, o prazo legal e regimental para a apresentação de emendas dos Srs. Parlamentares.

Srs. Deputados, ainda sobre a questão que está sendo levantada - os gastos do Poder Executivo -, gostaria de colocar mais uma vez que não têm tido prioridade, principalmente, os funcionários públicos, que estão numa situação desesperadora, que nos ligam diariamente buscando informações, e não temos o que responder. Eles estão preocupados em não receber o seu salário ou nem ao menos parte dele, enfim, é uma situação conhecida por todos.

Sabemos que há recursos, como foi o caso recente do desbloqueio de um valor federal, e a prioridade de pagamento não foi o funcionalismo público mas, sim, as contas com prestadores de serviço. Não que essas dívidas não tenham que ser pagas, mas no momento a prioridade tinha que ser o funcionalismo público.

Então, quanto à atitude tomada pela Bancada do PPB, acompanhada por outros Partidos, outros Srs. Deputados, em buscar no Tribunal de Contas uma força auxiliar neste momento, entendo que quem poderia tomar uma decisão, e tem poder para isso, é o Poder Judiciário. O atraso de pagamento está constatado, bastaria o Poder Judiciário agir neste momento, bloqueando, sim, as contas do Governo e dando a prioridade de pagamento à questão do funcionalismo público, que inclusive está prevista na Constituição.

Acho que o Tribunal de Justiça, hoje, teria, Deputado Gilson dos Santos, poderes, se assim o quisesse, em agir para que houvesse o mínimo de transparência naquilo que o Governo está pagando de contas neste final de mandato, dando um pouco de tranqüilidade e justiça aos funcionários públicos.

Vamos aguardar os acontecimentos. Mais uma vez a Assembléia Legislativa está fazendo a sua parte, e isso é fundamental.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, aproveitamos para registrar a presença de 35 alunos e 4 professores do Colégio Cinecista Honório Miranda, do Município de Brusque, desejando-lhes uma boa estada aqui, na Assembléia Legislativa.

Redistribuindo o horário, restam cinco minutos a cada um dos Partidos Políticos, os primeiros cinco minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em especial o Deputado Gilson dos Santos, em uma breve conversa eu disse que usaria a tribuna para relatar um pouco do que aconteceu esta semana, relacionado à proposta que esta Casa aprovou por unanimidade, de que o Fórum Parlamentar Catarinense deliberasse pela obtenção de uma audiência com o Ministro Pedro Malan, para tratar do bloqueio das contas do nosso Estado.

Quero fazer esse registro, porque existem algumas pessoas, Deputado Reno Caramori, que têm carma na vida. E eu, indiscutivelmente, nesses últimos quatro anos, tive um carma na minha vida que se chama João Matos. O João Matos literalmente inferniza a minha vida até quando a gente busca uma solução para um problema grave que está afetando o Governo do Estado. E também, obviamente, por isso é que tomamos essa iniciativa - a grande maioria dos funcionários públicos do nosso Estado, os hospitais e a autonomia dos nossos Poderes.

Pasmem, a Bancada Federal do PT, antes da reunião do Fórum, buscou o Deputado João Matos para fazer aquilo que costumeiramente fazemos, ou seja, uma articulação antes da reunião, para poder garantir o debate e a aprovação da proposta. E o Deputado João Matos, no seu gabinete, na frente do Milton e do Vânio, os dois Deputados Federais de Santa Catarina do PT, disse que não precisava mais buscar a audiência com Pedro Malan, porque das contas de Santa Catarina 90% já tinham sido desbloqueadas. Inclusive apresentou aos Deputados Federais, ao Milton e ao Vânio, um documento da Secretaria da Fazenda comprovando que as contas já estavam liberadas.

Dada essa situação, a Bancada do PT obviamente não fez na reunião do Fórum qualquer tratativa, até porque se alguém ligado ao Governo, um Deputado Federal do PMDB, diz que as contas já estão 90% desbloqueadas, não vai ser alguém da Bancada do PT que vai levantar a questão.

Quando soubemos desse episódio, buscamos imediatamente confirmar a situação junto à Secretaria da Fazenda. O Secretário Marco Aurélio estava exatamente naquele momento do telefonema, ontem à tarde, viajando a Brasília por conta do bloqueio das contas, porque tem nova perspectiva de bloqueio, agora, para o final do mês, no dia 30 de novembro. E tive, depois, retorno do assessor do Secretário, indignado, porque jamais o João Matos poderia ter cometido essa insanidade, porque o documento que ele tinha em mãos era aquilo que estava nos jornais, ou seja, o desbloqueio do Pronaf, do crédito de emergência.

Então, aquela sumidade, aquela inteligência, aquela figura que me inferniza a vida há quatro anos fez toda essa atrapalhada, toda essa confusão, e entendeu que o desbloqueio de 7,3 milhões, que todos nós já sabíamos, era do desbloqueio de todas as contas de Santa Catarina.

Portanto, o Fórum Parlamentar, municiado com essa demonstração de absoluta capacidade política e de inteligência do Sr. João Matos, não tratou do assunto. E perdemos uma preciosa semana, onde poderíamos ter tomado a decisão no Fórum Parlamentar Catarinense de pedir uma audiência, de termos provavelmente já na semana que vem uma audiência para desbloquear aproximadamente 51 milhões, que continuam literalmente bloqueados.

Quero dizer, Deputado Gilson Santos, que precisamos, e muito, do desbloqueio junto com a iniciativa que assinamos no dia de ontem, e estamos aqui para votar, que é o acompanhamento direto do Tribunal de Contas, para que quando o dinheiro cair no caixa tenhamos a garantia de que ele será usado realmente para pagar os compromissos com os servidores, com os Poderes e com os hospitais e não com as empreiteiras.

Por isso, Deputado Gilson dos Santos, venho à tribuna fazer esse meu desa-

bafo, porque não é possível que alguém atrapalhe até quando queremos ajudar, como faz o ex-Secretário e Deputado Federal, brilhante, João Matos, do PMDB.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputada Ideli Salvatti, veja V.Exa. que o inimigo continua sendo o mesmo.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eles mesmos se enterraram!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - O inimigo continua sendo o mesmo. V.Exa., às vezes, coloca uma interrogação, e temos tido, em alguns momentos, determinados desentendimentos no bom sentido, mas, sem dúvida nenhuma, pode estar certa de que o desbloqueio vamos tentar de todas as formas.

Agora, tem que se acompanhar para onde vai o produto do desbloqueio.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Exatamente.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Quero dizer a V.Exa. que já tenho vários dados que comprovam, de maneira clara, que o Governo deu prioridade a outros pagamentos. O Governo tinha o dinheiro para pagar o mês de setembro todo. Tinha! Faltavam dez milhões e pouco para pagar o mês de setembro integralmente, porém o Governo optou por pagar outras despesas que não aquela do servidor público.

Esses dados eu já tenho, mas também sei que tem mais recurso ainda que foi aplicado.

Por isso, Deputada, é que nós, lamentavelmente, temos que agir dessa maneira, pedindo uma auditoria do Tribunal de Contas para acompanhar *pari passu* a aplicação do recurso de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço, Deputado Gilson dos Santos, e quero dizer o seguinte: se a opção, se o entendimento é que temos que fazer as duas coisas - desbloquear e fiscalizar -, então, peço encarecidamente às Bancadas do PPB e do PFL no sentido de nos auxiliar, já que a Bancada Federal do PMDB não o faz, para que consigamos marcar essa famosa audiência com o Pedro Malan, que esta Casa, por unanimidade, aprovou na segunda-feira.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, dentro do rateio, os próximos minutos são do PSDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência, inicialmente, gostaria de dar uma informação aos Srs. Deputados, especialmente ao Deputado Gilmar Knaesel, que se referiu à ligação com o Ciasc: ontem mesmo a Divisão de Informática desta Casa apresentou à Mesa Diretora, praticamente, a conclusão dos trabalhos que estão sendo feitos na área de informática, ou seja, a inauguração da nova página da Assembléia Legislativa na Internet e a interligação, hoje, já com todos os setores do Governo do Estado, que estará sendo disponibilizada a todos os Srs. Deputados a partir dos próximos dias.

Evidentemente que os servidores da Casa, os assessores dos Deputados, deverão também ser treinados, a fim de possibilitar o manuseio e o acesso a essas informações que estão colocando a Assembléia Legislativa, Deputado Gilmar Knaesel, na ponta da informática, com certeza facilitando, assim, o trabalho dos Srs. Deputados.

Esse trabalho está sendo concluído e será apresentado nos próximos dias a todos os Deputados.

Esta Presidência justifica a ausência dos Srs. Deputados Eni Voltolini e Luiz Herbst.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Ministros da Agricultura e do Abastecimento e da Fazenda, ao Secretário da Agricultura do Estado, aos Superintendentes Regionais do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, ao Presidente do Besc e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, apelando no sentido de viabilizar atendimento emergencial aos produtores rurais e aos proprietários de imóveis atingidos pelo vendaval e chuvas de granizo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura, reivindicando sementes aos Municípios de Campos Novos e Tangará.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, ao Presidente do Banco do Brasil e ao Presidente do Besc, reivindicando a prorrogação de créditos efetuados por agricultores dos Municípios de Campos Novos e Tangará.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da

Fazenda e ao Ministro da Agricultura, reivindicando a retirada da TJLP.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Líder do PPB e outros Srs. Deputados, solicitando ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina a realização de auditoria na Secretaria de Estado da Fazenda para levantamento da receita e da despesa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, ao Secretário da Agricultura, ao Presidente do Besc e ao Presidente do Banco do Brasil, reivindicando providências imediatas junto às instituições oficiais do crédito de emergência para que os devedores agrícolas não sejam registrados no rol de inadimplentes junto ao Serasa e instituições financeiras, bem como providências no sentido de oficializar a prorrogação, por no mínimo um ano, do prazo das prestações vencidas em agosto de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e ao Coordenador do Fórum Parlamentar de Santa Catarina, pedindo providências imediatas junto às instituições oficiais credoras do crédito de emergência repassado em 1996, para que não sejam os devedores agrícolas registrados no rol de inadimplentes junto ao Serasa e instituições financeiras, bem como providências no sentido de oficializar a prorrogação, por no mínimo um ano, do prazo das prestações vencidas em agosto de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Sociedade Amigos de Coqueiros e à Associação de Futebol Amador de Coqueiros, parabenizando-as pela iniciativa de mobilizar a comunidade em defesa do Parque de Coqueiros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, a ser enviado ao Governador do Estado e ao Diretor-Geral do Detran, solicitando informações sobre custos elevados para o adquirente de veículos e/ou concessionários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Conforme ofício enviado a esta Casa no dia de ontem, lido no expediente de hoje, o Sr. Governador indicou um nome para Conselheiro do Tribunal de Contas.

Conforme o art. 230 do Regimento Interno, solicito aos Srs. Líderes que indiquem os membros para compor a Comissão Especial que irá examinar a indicação do Deputado Ivo Konell para Conselheiro do Tribunal de Contas, devendo ser feita essa nomeação em 48h, por ofício, na seguinte proporcionalidade: PPB, um Deputado; PMDB, um Deputado; PT, um Deputado; PFL, um Deputado e PDT, um Deputado.

Gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que as Comissões devem ter representação dos Partidos. Nós somos seis Partidos, infelizmente, um Partido vai ficar fora.

Na CPI constituída ontem, foi indicado o PSDB, nesta Comissão Especial, seguindo o princípio democrático da alternância, a pedido inclusive da Bancada do PDT, que faz parte da Comissão.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. o seguinte: o PSDB deseja participar desta Comissão. Se tiver que abrir mão de uma outra Comissão, o PSDB até abre mão, mas dessa gostaria de participar.

Nós não sabíamos que V.Exa. ia adotar esse critério, senão não teríamos entrado nesta CPI das Carteiras de Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Jorginho Mello, com certeza a sua manifestação é legítima, a Presidência entende seu desejo. São cinco vagas e seis Partidos, e a Presidência não pode excluir o PDT de todas as Comissões. O PDT ficou fora da CPI das Carteiras de Motorista. Mesmo que não existisse o pedido do PDT, a Presidência teria que usar o critério de equidade.

Portanto, Deputado Jorginho Mello, V.Exa. tem direito de reivindicar a vaga, é justo o seu pleito, mas, infelizmente, não pode ser atendido.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que o princípio da proporcionalidade, em absoluto, está sendo obedecido. E nós não vamos concordar com esta decisão que V.Exa. está tomando neste momento. Vamos tomar as providências devidas. É só V.Exa. verificar o número de Deputados que está querendo colocar nesta Comissão. Estou falando aqui sobre o meu inconformismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Sr. Deputado Gilson dos Santos, há o princípio da representação dos Partidos Políticos. Fica registrado o seu inconformismo, lembrando que há jurisprudência da Casa neste sentido. Foram compostas diversas Comissões, com cinco Deputados, desta forma, inclusive a que indicou, que analisou o nome do Sr. Nelson Wedekin, e ao que nos consta não houve nenhum protesto na ocasião.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, sempre que há alguma divergência, o que tem norteado os princípios desta Casa, inclusive conclamado por V.Exa., é feita uma reunião com os Líderes antes de ser tomada a decisão.

Acho que V.Exa. poderia reunir os Líderes antes de definir os Partidos participantes. Assim, evitaríamos confusões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não há nenhum impedimento em reunir os Líderes. Podemos fazer. A decisão já está tomada. Se em questão de ordem for derrubada, a Presidência voltará atrás. Caso contrário, está seguindo a jurisprudência da Casa.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, estou formulando a minha questão de ordem. V.Exa. está nervoso? Por quê? Não há motivo para ficar nervoso, Sr. Presidente!

Estou aqui, com todo respeito, formulando uma questão de ordem para dar orientação. Acho que V.Exa. ficou nervoso sem nenhum motivo!

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V.Exa....

(O som é cortado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - É só para eu dar um esclarecimento!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Quero de volta o som!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Ivan Ranzolin, V.Exa. tem a palavra pela ordem. Queremos apenas quer dar um esclarecimento: a Presidência está seguindo a jurisprudência da Casa e o Regimento Interno.

Vamos fazer a reunião com os Líderes, conforme V.Exa. solicitou. Não há nenhum impedimento. V.Exa. tem a palavra pela ordem e poderá formular a sua questão.

Continua com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que nunca mais determine o corte de som, porque V.Exa. me concedeu a palavra pela ordem. Isto é muito ruim aqui na Casa, e foi a primeira que V.Exa. tomou esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Para esclarecimento, Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pedi apenas a V.Exa. para ouvir os Líderes, porque é uma decisão única de V.Exa. e isso não é costume nesta Casa. Os Líderes devem ser ouvidos antes de se tomar uma decisão importante.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, desejo registrar que estranhei o seu comportamento. V.Exa. nunca tomou medidas neste sentido da forma como fez.

Gostaria que os Líderes realmente fossem consultados e, assim, fosse emanada uma solução para o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Sr. Deputado, todos os Líderes estão sendo notificados por escrito.

Não há impedimento para fazermos reunião com os Líderes. Gostaria de esclarecer que a Presidência, regimentalmente, pode dar esclarecimentos, inclusive interromper a palavra dos Deputados, e assim o fez, Deputado Ivan Ranzolin. Em seguida, V.Exa. teve o direito ao uso da palavra como lhe cabe, não como um favor, mas como um direito.

O SR. LÍCIO SILVEIRA - Graças a Deus V.Exa. não me interrompeu!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Sr. Deputado, V.Exa. também está permitindo que eu faça essa colocação!

Na indicação da Comissão anterior não houve protesto nenhum. Esta Presidência estranha muito, neste momento, estes protestos, mas são legítimos, devem ser acatados.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Da mesma forma, o PDT se sentiu por duas oportunidades preferido na indicação das duas Comissões anteriores, por isso, fundamentou-se a necessidade de fazer com que fosse levado em consideração na proporção do PSDB, que também tem dois Deputados. Como o PDT ficou de fora na indicação de duas comissões temporárias, nós fomos requerer, cuja pretensão continua de pé, e estamos pretendendo a participação do PDT da mesma forma que o PSDB, que participou de duas comissões, quando o PDT ficou de fora, o que não reclamamos na oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com este esclarecimento, V.Exa. resolve toda a querela havida.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, continuamos preocupados com o problema que já levantamos na semana passada, com respeito ao andamento das obras da BR-101. As notícias diziam que haveria cortes de verbas, retardamento no andamento das obras, diminuição do ritmo de trabalho, mas parece que este problema já foi equacionado.

Durante a semana conversamos com as empreiteiras na área de consultoria, que estão preocupadas. As empresas consultoras são as que viabilizam o trabalho das empreiteiras na área da construção, que

fazem a medição, que emitem os laudos para que essas empreiteiras recebam pelo trabalho executado.

Essas empresas de consultoria mantêm uma equipe de trabalho para que não retardem em momento algum o seu desempenho de trabalho, para que executem o seu trabalho e recebam religiosamente pelo que foi feito.

Houve uma determinação, por parte do DNER ou do Ministério dos Transportes, para que estas empresas de consultoria reduzissem o seu quadro de pessoal, porque estava havendo problema no equacionamento ou na viabilização de verbas para o pagamento do pessoal por falta de dotação orçamentária, não por falta de recursos, mas por falta de dotação orçamentária ou qualquer outro sistema burocrático. As consultorias faziam a medição e quando emitiam, através da informática, os valores para o órgão competente, o próprio sistema rejeitava as informações por falta de condições de empenhamento.

Nós, preocupados com isso, conversamos com várias empreiteiras na área de consultoria e constatamos que, realmente, quase todas não recebem desde julho, agosto, setembro. Algumas já receberam e outras não. Mas já estão demitindo pessoal, sim, porque estão prevendo uma diminuição total ou até o não-pagamento da totalidade de seus trabalhos.

Essas empreiteiras não podem manter o seu pessoal sem as condições de pagamento, tanto é que até para a rescisão contratual algumas das empreiteiras estão tendo dificuldade de dispor de recursos para o pagamento dos funcionários demitidos.

Srs. Deputados, vejam a gravidade do problema! Se essas empresas de consultorias não tiverem as condições na elaboração dos seus trabalhos por falta de pagamento, vai retardar, indiscutivelmente, o ritmo das obras, porque ficaram as empreiteiras na área da construção a executar o trabalho sem ter quem fiscalize e quem emita o parecer para o pagamento.

Por isso, nós nos preocupamos. Inclusive, estamos alertando a imprensa, para que torne público esse problema, para que no dia de amanhã não tenhamos o dissabor de ver, mais uma vez, as obras paralisadas ou com seu ritmo de trabalho diminuído por falta de pagamento ou por qualquer ato burocrático que possa ocorrer no DNER ou no Ministério dos Transportes.

No dia de hoje, na parte da manhã, nós consultamos o Superintendente do 16º Distrito do DNER de Florianópolis, que nos informou que este problema está sendo equacionado no dia de hoje. Parece que está sendo equacionado, foi dito que era um problema burocrático no sistema. Recursos existem, nós sabemos! Precisamos alertar! O DNER precisa viabilizar tecnicamente o processo para que as ordens de serviço sejam processadas, as empreiteiras precisam receber pelos serviços prestados, para não demitir e não diminuir o ritmo de trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa preocupação com esse problema. Tenho dito várias vezes que a BR-101 é o problema mais sério que nós temos hoje em termos de obras em Santa Catarina, porque é o corredor do progresso, é a rodovia do Mercosul.

O turismo de Santa Catarina, Deputado Jorginho Mello e Deputado Jaime Mantelli, depende praticamente 90% da BR-101 no seu escoamento, na sua condição de oferecer ao turista uma tranquilidade maior.

Nós estamos entrando no período de veraneio, no período de receber os turistas, mas estamos enfrentando sérios problemas pelo processo de retardamento no ritmo de trabalho. Temos que responsabilizar alguém, porque, repito aqui, o Presidente da República, Sr. Fernando Henrique, afirmou, em sua visita a Santa Catarina, que esta obra jamais sofreria qualquer diminuição no ritmo de trabalho, muito menos a paralisação.

Dei entrada em um requerimento nesta Casa, que deverá ser lido na segunda-feira. Que o Ministério viabilize o pagamento dos meses atrasados - junho, agosto, setembro. Se não me falha a memória, até julho ainda temos pendência com as empreiteiras de consultoria. Isso é um problema sério. Se existe dinheiro no Ministério, nós precisamos que a área técnica seja viabilizada, para que essas empresas recebam o que lhes é de direito.

Por isso, nós usamos a tribuna neste momento para fazer um alerta mais uma vez ao Ministério dos Transportes, ao DNER, para que essa obra não sofra diminuição no ritmo de trabalho ou muito menos a paralisação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Eu queria comunicar a V.Exa. que esta Liderança vai oficializar à Presidência que não deseja mais participar da CPI que tratará sobre as irregularidades de carteiras de motorista.

Então, eu quero deixar registrado que estarei encaminhando a V.Exa. um documento dizendo que estou desistindo, dizendo que o PSDB não participará daquela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não! É um direito de V.Exa. a não-participação. A Presidência tão logo receba o seu comunicado por escrito providenciará a substituição.

Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da sessão de segunda-feira:

Requerimento nº 585, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Deputados e Senadores de Santa Catarina com assento no Congresso Nacional, ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, pedindo medidas urgentes de adequação do Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para Segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 23 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Udo Wagner - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

OFÍCIOS NºS:

0004/98, do Sr. Líder do PFL, encaminhando indicação do Deputado Júlio Teixeira para compor a Comissão Especial, que irá analisar a indicação para vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado;

0034/98, do Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa, comunicando que em reunião no dia 18/11/98, aprovou por unanimidade os pareceres prévios aos Projetos de Lei nºs 245/98, 296/98 e 273/98;

0036/98, do Sr. Líder da Bancada do PT, comunicando a indicação do Deputado Pedro Uczai para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com o objetivo de analisar a emissão irregular de carteiras de habilitação no Estado;

0037/98, do Sr. Líder da Bancada do PT, comunicando a indicação do Deputado Pedro Uczai para compor a Comissão Parlamentar Especial, com objetivo de analisar a indicação apresentada pelo Governador do Estado, do Deputado Ivo Konell, para assumir vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado;

0042/98, do Sr. Líder da Bancada do PMDB, comunicando a indicação do Deputado Herneus de Nadal para compor a Comissão Especial, que analisará a indicação do Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado;

0204/98, do Sr. Assessor do Gabinete da Presidência da Fiesc, encaminhando cópia do ofício PRESI nº 800/98, dirigido ao Sr. Presidente da República, que solicita esclarecimento acerca de matérias veiculadas na imprensa, dando conta da paralisação das atividades de duplicação da BR-101;

0272/98, da Sra. Secretária-Adjunta de Política Econômica do Ministério da Fazenda, acusando o recebimento do FAX s/n, que solicita a criação de linha de crédito para a capital de giro das empresas fazendo com que os bancos baixem o custo dos empréstimos;

0375/98, do Sr. Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, encaminhando cópia do requerimento, no qual solicita seja retirado o nome dos agricultores e avaliistas cadastrados no SERASA por motivo do não pagamento do crédito de emergência;

0516/98, do Sr. Líder da Bancada do PSDB, indicando que esta Bancada não fará parte da Comissão que investigará as irregularidades quanto a emissão das carteiras de habilitação no Estado de Santa Catarina.

CORRESPONDÊNCIA:

- do Sr. Presidente da ACIX - Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Xanxerê, solicita colaboração, para com a criação e instalação da 3ª Vara da Comarca de Xanxerê.

FAX:

- do Sr. Sérgio José Zancanaro, encaminhando cópia de correspondência dirigida a RBS/SC, sobre expedição de carteira de habilitação em Araranguá.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o Sr. Deputado Carlito Merss, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, fomos surpreendidos hoje pela manhã com alguns pedidos de demissão por parte de alguns Ministros, inclusive será sobre isso que falaremos no horário reservado aos Partidos Políticos.

Agora, aproveitamos este espaço para fazer uma pequena reflexão sobre essas medidas tomadas pelo Governo Federal, o impacto que esse pacote causa fundamentalmente às pessoas mais humildes, ao povo brasileiro.

O discurso do Sr. Fernando Henrique Cardoso é aquele de sempre, foi assim quando do seu pronunciamento para encaminhar ao Congresso aquela série de medidas que na verdade compõe esse novo pacote imposto pelo FMI.

O nhenhê é esse: o País atravessa uma crise e necessita do sacrifício de todos. Esses todos, já sabemos quem são: os mesmos de sempre: o povo desempregado, que terá políticas públicas mais deficientes; o assalariado, que terá cortes, que não terá reajustes, que terá mais dificuldades de políticas públicas; e o servidor público. Esse, sempre o grande bode expiatório.

Fazendo um rápido estudo sobre o pacote, vemos, por exemplo, que na área da saúde cerca de um bilhão será cortado em 1999, mesmo com o aumento da CPMF - que na verdade deveria ter sido repassado para a saúde -, e essa foi a grande discussão que inclusive ocasionou, na época, a demissão do Ministro Jatene, que não concordava com a forma de desvio daquele dinheiro público que deveria ter, especificamente, como finalidade a saúde, que há muito se encontra numa situação que eu diria pré-falimentar.

Teremos um corte gravíssimo na área da educação, cerca de 574 milhões no próximo ano. Com certeza, as universidades públicas ficarão mais sem recursos do que já estão. Inclusive não tenho dúvidas de que essa é uma preparação para a privatização das universidades.

Srs. Deputados, não tenho dúvidas de que a partir do ano que vem o discurso que ouviremos é de que alguns devem começar a pagar a universidade. O caminho é esse; é um discurso fácil, porque o discurso é dizer que, efetivamente, de acordo com a situação econômica e financeira da família, alunos que estudam em universidades públicas poderão pagar. Isso é até defensável junto à opinião pública, só que a partir daí, torna-se de exceção uma regra, e a partir daí nós iniciaremos, com certeza, o processo de privatização das universidades neste País.

A questão do aumento dos impostos é grave, principalmente a discussão da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira -, porque, na verdade, ela foi criada para a Saúde e nunca foi utilizada, e essa concentração agora de 0,20% para 0,38% é um aumento gravíssimo e muito grande em relação ao que já tínhamos.

E mais grave: a tática do Governo Federal agora tem sido não criar mais impostos, até porque o imposto tem uma discussão mais aprofundada, e, queiram ou não, do ponto de vista tributário, é mais justo, porque todos os impostos de uma certa forma são distribuídos entre a União, os Estados e os Municípios. Isso acontece com o IPI e todos os impostos federais. A contribuição, não. É algo que fica efetivamente na conta do Governo Federal.

Então, nesse sentido, esse tipo de imposto além de ser injusto e burro, do ponto de vista da tributação, porque vai possibilitar mais sonegação, não é democrático e não é justo com os Municípios e os Estados, principalmente os Municípios, onde estoura a carência das políticas sociais, porque a população, no desespero, em busca de saúde, educação e assistência, não procura o Governador, não procura o Presidente, procura o Prefeito, procura o Secretário Municipal, que é o Poder mais próximo.

A questão do aumento do Confins, que é a contribuição para o aumento da seguridade social, vai de 2% a 3%, e esse é descontado do faturamento da empresa. Com certeza, nós teremos um aprofundamento da sonegação! A prova disso é que todos os países que aumentaram os tributos dessa forma cometeram erros. Inclusive, alguns países reduziram a questão da receita do Estado.

O servidor público, repito, é sempre o bode expiatório, julgam-no causador de todos os dilemas, de todos os problemas do Brasil, inclusive do déficit público, o que é uma grande mentira.

Mas os números, sendo divulgados de forma correta, mostram que o problema não está no servidor público, até porque nos últimos quatro anos nós não tivemos mais aumento para o servidor praticamente em nenhum setor, em nenhuma escala, tanto

federal, estadual ou municipal. Pouquíssimos Municípios e Estados conseguiram reajustar o servidor público.

Com certeza, nós teremos maior desemprego. Nós sabemos de antemão que essas políticas causarão o desemprego, a recessão, porque os empresários, para se salvarem, acabam sacrificando o empregado, porque ainda no Brasil o emprego é considerado como custo.

E a partir daí nós não temos dúvida que, inclusive, empresários honestos, sérios, com uma visão social um pouco mais aprofundada, terão, necessariamente, que se utilizar da questão da demissão para, na sua lógica, reduzir custos.

Grandes fortunas, conforme eu disse dias antes desse pacote ser lançado, para variar, não serão incluídas. Não que isso representasse do ponto de vista das receitas muita coisa, mas haveria uma coisa simbólica. Pela primeira vez os ricos começariam a pagar imposto neste País, mas novamente Fernando Henrique, atendendo interesses da sua base de sustentação, recua e não encaminha. Inclusive um projeto seu, enquanto Senador, que tramita no Congresso, poderia muito bem, se houvesse vontade do Governo, ser aprovado.

Com certeza serão os especuladores financeiros os grandes beneficiários desse pacote. Não tenho dúvida de que essas pessoas continuarão a ter lucros altíssimos. O argumento fajuto do Governo de que não é possível baixar as tarifas ou as taxas de juros porque isso faria com que os dólares saíssem do Brasil é mentirosa. Na verdade, essa necessidade de continuar emitindo títulos e atraindo os especuladores com taxas de juros altas não resolve o problema da perda de dinheiro ou de saída de dólares do Brasil, porque essa lógica do especulador internacional depende muito da forma como ele percebe a economia do País.

Então, quem acaba pagando novamente é a população, porque, ao aumentar as taxas de juros, a dívida interna, que começou no Governo Fernando Henrique na faixa de 60 bilhões de dólares, hoje ultrapassa 300, ou, colocando estimativa para janeiro de 1999, quase 400 bilhões de dólares. E para pagar juros, com certeza, tem que tirar dinheiro da área social.

Sendo assim, essa discussão e a forma parcial e criminoso como setores da mídia colocam aqui que o Brasil vai receber cerca de 40 bilhões é mentirosa. Não existirá dinheiro. O que acontecerá é o endividamento cada vez maior do País na aceitação dessa política que, em última análise, visa diminuir, inviabilizar o Estado brasileiro, o Estado nacional.

Infelizmente nós tivemos que ter a queda do México, a queda da Argentina, dos países asiáticos, e nos últimos tempos da Rússia, que hoje, Deputado Gilson dos Santos, com um dos invernos mais rigorosos que vai ter, com certeza, terá uma guerra civil. Os números e as informações que recebemos de lá são dramáticos, de fome novamente, voltando com problemas graves de abastecimento.

E nós aceitamos esse jogo no sentido de protelar pelo menos por mais dois ou três meses a crise que, com certeza, mesmo com essa ajuda do FMI, virá nos próximos dias. Em março ou abril o Brasil precisará novamente se utilizar do Fundo

Monetário Internacional, a nossa economia cada vez mais vai ser destruída e descapitalizada.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que no horário dos Partidos Políticos nós faremos alguns comentários sobre esse processo viciado, fraudulento, que tivemos com as privatizações, que, hoje, pela manhã, as notícias colocam, culminaram com as demissões de praticamente todos os principais envolvidos nessa questão.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Carlito Merss, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, observamos com uma certa surpresa que alguns Deputados que historicamente se utilizam desse primeiro espaço, principalmente da Bancada do PPB, com seus 18 minutos, como o Deputado Gilson dos Santos, que parece um tanto quanto acabrunhado, provavelmente preocupado com a demissão do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, do Presidente do BND, André Lara Rezende e do irmão do Ministro também, José Carlos Mendonça de Barros, Secretário Executivo da Camex, todos eles aliados do Deputado Gilson dos Santos em apoio a esse Governo, que, pelo jeito, começa a ser desmascarado junto à opinião pública, agora com problemas graves no processo de privatização...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Carlito Merss, mesmo provocando dessa maneira, V.Exa. não vai conseguir me tirar do sério!

O que ocorre, Deputado Carlito Merss, é que eu tenho uma reunião do Partido, que está sendo realizada com os Prefeitos Municipais, por esta razão que eu não ocupei o horário do Partido.

Mas quero dizer a V.Exa.: esses moços não pertencem ao meu Partido, eu não os conheço. E quero dizer também que se eu fosse Presidente da República teria demitido, como de fato ocorreu, porque as explicações dadas em nível de Senado não corresponderam às expectativas da população brasileira.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na verdade, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e o Partido dos Trabalhadores, os Partidos de Oposição deste País, desde o início desse processo de privatização criminoso que acontece neste País, já em 1994, antes, inclusive, com a privatização da CSN, mas de forma mais vigorosa com o início da privatização da Cia. Vale do Rio Doce, mas, principalmente, nesse processo de entrega do patrimônio da Telebrás, alertávamos à população brasileira que alguma coisa no ar não estava agradável.

Colocávamos, com toda clareza, quando se discutiu toda a privatização do complexo Telebrás, que alguns estudos, inclusive, colocavam o seguinte: hoje a questão da informação das comunicações, dessas novas tecnologias, avançam, e não há como medir, com muita clareza, do ponto de vista econômico, o custo e o capital que representa hoje todo esse complexo da informática e da comunicação que está se formando no mundo.

Estudos colocavam, grosso modo, a possibilidade de mercado que o complexo Telebrás tinha no Brasil, que chegava perto de 200 bilhões de reais ou de dólares, desde que houvesse, em diversos setores, ampliação de investimentos e aplicação de novas tecnologias. E todo esse complexo foi entregue, com alarde, com foguetório, com champagne, pelo Governo Federal por 20 ou 22 bilhões.

Comprovou-se, inclusive, Deputado Gilson dos Santos, que a maioria dos consórcios ganhadores de diversos lotes de telecomunicações foi financiada pelo BNDES. Quer dizer, é muito fácil ser capitalista num país como o Brasil, e eu tenho dito isso há muito tempo.

O discurso neoliberal, ou liberal hipócrita, há anos fala da redução do tamanho do Estado; diz que o Estado não serve para nada, que ele deveria se preocupar apenas com as políticas públicas. Porém, sempre que por incompetência administrativa ou mau zelo, vê-se em palpos de aranha, com dificuldades financeiras.

É esse Estado que é o grande beneficiador e o grande socorro desses incompetentes, que nunca fizeram administração sem precisar contar com o Estado. Aliás, tenho feito em muitas oportunidades o seguinte desafio: gostaria de ver alguém - e vou nominar aqui o Senador Jorge Konder Bornhausen - administrar durante seis meses uma empresa sem ter ajuda governamental.

Aliás, essa família, neste Estado, nunca governou nem nunca administrou uma empresa sem estar agarrada nos benefícios e incentivos estatais. E todos os seus complexos, toda a sua atuação financeira sempre foram dessa forma: com ajuda, com isenção, com políticas governamentais.

Ai é muito fácil! Eu quero ver um empresário liberal tocar o seu negócio pegando dinheiro em banco e crescer. Ai, sim, você analisa quem é quem!

Então, a grande hipocrisia se deu nos anos de 1995, 1996, com a criação do Proer. Ora, somente muita incompetência poderia, nesses últimos anos, fazer quebrar um banco, uma financeira, porque foi o único setor que literalmente ganhou dinheiro em diversos países. Quem produziu na agricultura, na indústria e em outros setores teve dificuldades.

Pois bem, o Proer foi criado, e alguns números colocam que cerca de 30 bilhões de reais foram investidos para salvar bancos privados, os maiores, como o

Bamerindus, o Econômico, o Nacional. Aliás, o Banco Econômico já não é mais do grupo Excel, foi vendido para um grupo espanhol. Tudo isso financiado com o dinheiro público.

Então, esse processo de privatização da Telebrás, principalmente, foi uma das maiores vergonhas do mundo! E agora os grampos (e sabe-se que foi muito mais do que isso) provam essa promiscuidade entre o público e o privado.

Quero dizer, com todas as letras, que se o Sr. Fernando Henrique Cardoso tivesse honrabilidade, ele pediria demissão. E que não me venha com aquela cara de anjo sociológico dizer que não sabia de nada! Talvez por muito menos, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista de perdas para os cofres da União, o Sr. Fernando Collor de Mello sofreu processo de *impeachment*.

Se fizermos uma análise do roubo, do desvio e do prejuízo ao erário público, não dá para comparar o que o Sr. Fernando Collor de Mello fez de mal para este País com o que o Sr. Fernando Henrique fez somente no processo da Telebrás.

Não adianta também, Srs. Deputados, agora, com a demissão dos três maiores envolvidos, achar que não tem que investigar. Tivemos contato com a Bancada Federal do PT e é o seguinte: nós queremos a CPI, sim! Porque não é só demitir os laranjas, colocar mais uma meia dúzia e ficar tudo ok. Não está tudo ok, não! Foi um dos processos mais graves da República brasileira a forma como se desmontou, como se entregou a preço de banana o complexo de telecomunicações, que tem um valor incomensurável, para grupos predeterminados. E mais: com financiamento público do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, que deveria ser o banco que salvaria o pequeno empresário, o microempresário com linhas de financiamentos, para possibilitar a produção, para possibilitar o emprego.

Mas não, esse banco, nos últimos anos, transformou-se no grande beneficiário de picaretas, de pessoas que se locupletam em cima do dinheiro público.

Neste sentido, nós não aceitaremos simplesmente a demissão do Sr. Mendonça, do Sr. André Lara Rezende, como se isso resolvesse o problema. Nós queremos a CPI, porque quem não deve, não teme. Por que esconder todo o conteúdo das fitas, das gravações? Por que esconder toda a maracutaia que tivemos nesse processo de privatização?

E que não pare somente na questão da Telebrás; temos que voltar, sim, a discutir o que fizeram com a Eletrosul aqui em Santa Catarina. Neste particular, quero aqui, de público, fazer um elogio ao jornalista Moacir Pereira, porque foi praticamente o único jornalista que, num editorial, levantou o roubo, a entrega desse patrimônio público, que foi transformado em Gerasul, dividido para ser entregue a preço de banana também.

Todo esse processo, com certeza, não pára por aí. Mas temos observado uma mudança das Bancadas do PPB e do PFL em relação a Casan e à Celesc; dizem que se for para o bem do público, poderão repensar a questão da privatização dessas empresas.

Observamos nesse processo de transição também uma mudança no discurso, que começa a ficar mais afável. O Deputado Lício Silveira, esses dias, falou que acha que não vai ter mais muito o que fazer, que vai tentar, minimamente, fazer com que a Casan e a Celesc ainda tenham atendimento ao público com prioridade.

E nós, Srs. Deputados, estaremos aqui, com certeza, desmascarando, inclusive essas modificações de discursos que temos assistido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo nenhum representante do PDT que queira fazer uso da palavra, passaremos à redistribuição do horário, cabendo oito minutos para cada Partido.

Os primeiros oito minutos são destinados ao PPB.

(Pausa)

Não havendo nenhum representante do PPB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo nenhum representante do PFL que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo nenhum representante do PMDB que queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o debate que o Deputado Carlito Meres trouxe a esta tribuna no dia de hoje é de fundamental importância.

É importante aqui relatar a experiência histórica da relação que se construiu entre o setor privado, o grande empresariado nacional e o Estado brasileiro. Da década de 30 até a década de 80, o empresariado considerava o Estado como uma instituição competente, produtiva, eficiente; e a partir do projeto da burguesia nacional, considerava o Estado fundamental, estratégico no processo de intervenção não só nas fronteiras, mas no mercado, nos preços, nos salários, bem como no processo produtivo das siderurgias, no processo da energia, das telecomunicações, das rodovias, dos portos e dos aeroportos.

O Estado, do ponto de vista das classes dominantes, era fundamental e estratégico para construir um modelo de desenvolvimento que produzisse a concentração de renda de um lado e a pobreza, o empobrecimento de outro.

Portanto, num período da história brasileira (mais de 50 anos), o Estado, as empresas públicas, as instituições públicas e as políticas públicas eram definidas para fortalecer um modelo de desenvolvimento que gerasse a concentração de renda neste País.

Nos últimos anos, e de modo especial nos últimos cinco ou seis anos, a hegemonia que se vai construindo do ponto de vista político dos governantes em nível nacional e do empresariado nacional vai mudar essa lógica. O empresariado não tinha competência de decidir quanto custaria, por exemplo, essa garrafa de água, esperava o Estado tabelar a garrafa de água e definir o preço do salário do operário que fosse produzi-la.

Durante 50 ou 60 anos, o Estado controlou preço e salário, porque os empresários, as classes dominantes deste País eram incompetentes, improdutivos e ineficientes para decidir no livre mercado, na livre iniciativa, no livre comércio, as políticas de preços e salários.

Agora inverteu tudo. O bem, a salvação, o céu, que eram o Estado; o mal, a perdição, o inferno, que eram a livre iniciativa, o livre mercado, a livre fronteira, agora, inverteu tudo. O Estado se transforma no lugar da

perdição, no lugar do mal, no lugar do inferno, ou, em outras palavras, da ciência administrativa, o lugar da incompetência, da improdutividade e da ineficiência.

É nesse contexto que está colocado o processo de desmonte de todas as empresas públicas. As empresas públicas não são para juntar dinheiro, porque elas são ineficientes, improdutivas, porque a maior parte delas, as maiores, eram rentáveis, eram lucrativas, eram produtivas, eram eficientes, com sérios problemas de apadrinhamento e clientelismo, e quem têm que explicar é a ditadura militar, o PFL, o PPB, que estão no Governo. Eles é que têm que explicar o apadrinhamento. Não somos nós. Mas tem que privatizar, porque tem que mudar o papel do Estado na sociedade. E aí, sim, não importa por quanto vendam, não importa para quem vendam, não importa o que vai ser feito com o dinheiro das vendas.

A privatização está dentro desse contexto, porque o discurso demagógico que era para pagar dívidas não procede, porque quando começou o real, a dívida pública interna era de 56 bilhões, e hoje já está em 326 bilhões, e já foram privatizadas as principais empresas públicas deste País.

Portanto, é para tapar buraco de um lado, para beneficiar o setor privado. E chega ao absurdo do maior paladino do neoliberalismo brasileiro, Roberto Campos, dizer que as privatizações num contexto de crise, de fragilidade financeira, devem acontecer com um preço abaixo do mercado, porque essas empresas poderão logo, logo ser estatizadas, porque o setor produtivo e o setor empresarial poderão não dar conta da eficiência do setor dessa empresa privatizada.

Ele chega ao absurdo de dizer isso, porque para ele o importante não é juntar dinheiro na privatização, mas é passar para o setor privado esses setores importantes historicamente, que são as empresas públicas, que serviam para as classes dominantes e que agora não servem mais. Então, ter que ser desmontada, privatizada e tem que ser beneficiada.

Nesse contexto, o acordo com o FMI, com o Banco Mundial, nos países ricos, uma das condições do diálogo, é que o Estado brasileiro, o Governo brasileiro privatize o setor elétrico. Daí, então, todas as empresas elétricas vão passar pelo processo de privatização. Todas elas - como foi a Telebrás, vai a Eletrobrás, a Gerasul e tantas outras empresas públicas do setor elétrico, que são outros filés mignon.

Por último, Deputado Reno Caramori, vai vir a Petrobrás. Quem diria, a própria Petrobrás logo, logo vai ser privatizada, porque tem que ir às últimas conseqüências do desmonte e à minimização do papel do Estado na economia.

Essa questão de privatizações agora, de denúncias, de beneficiar a empresa tal e a empresa tal, junto com o Governo, conchavado com o Poder Político do Governo Federal, nada mais é do que a consolidação dessa hegemonia de destruição do Estado com corrupção (não está isento da corrupção), com autoritarismo, sem democracia, que fortalece as classes dominantes, em nível nacional, como também os conglomerados mundiais, para aumentar a subordinação do Brasil no contexto internacional.

O Brasil ajoelha-se ao FMI, ajoelha-se ao BID, ajoelha-se às empresas mundiais, e nesse ajoelhar-se, nesse subordinar-se, é uma lógica de globalização da economia, dos mercados e do desmonte do Estado, das políticas públicas; desmonta-se a soberania

nacional, desmonta-se a ciência e a tecnologia, desmonta-se o solo e o subsolo, desmonta-se a possibilidade concreta deste País transformar-se em um País soberano, autodeterminado e com isso produzindo políticas públicas que gerariam maior distribuição de renda e da vida dos brasileiros.

Por isso, Deputado Carlitto Meres, a denúncia contra o Fernando Henrique Cardoso não é só porque ele está entregando o patrimônio público, não é só porque sem ética ele está entregando o patrimônio público por preço de banana, mas é porque ele está entregando o povo brasileiro, está entregando a condição deste povo se tornar digno cidadão, porque está destruindo os instrumentos, as ferramentas de um País com mais dignidade, com mais soberania, com mais autodeterminação, com mais dignidade e distribuição de renda e da vida.

É isso que está se destruindo neste País. E é esse o crime, que hoje tem que colocar na cadeia não só os que roubam de uma forma ilegal, é esse o crime legalizado que está sendo feito com as privatizações, o crime legalizado que está sendo feito com esse processo autoritário que aparentemente, pela eleição, legítima e abençoa esse modelo de desenvolvimento, esse projeto que está tirando a vida de milhões de brasileiros.

Como existem muitas lideranças políticas, muitos Parlamentares, em que a lógica é clientelista, que atender os pobres mantém os ricos e mantém os Deputados eleitos, quem sabe isso não sensibiliza muitos dos Deputados aqui?

Manter o empobrecimento do povo mantém a riqueza e o empobrecimento, a indústria da seca, o lixo do Nordeste e mantém o luxo e os coronéis. A pobreza às vezes mantém a riqueza, os sustentadores da riqueza e os sustentadores da pobreza têm que atender doentes, têm que atender pobres, têm que atender os excluídos, têm que atender os analfabetos, para estes manterem-se excluídos para manter a estrutura de poder, manter a hegemonia também.

Por isso, muitos não se sensibilizam com a produção de mais mortes, mais exclusão social, mais desemprego, mais miséria neste País, porque a miséria alimenta muitos políticos, mantém muitos setores econômicos e mantém as classes dominantes neste País.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol por oito minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, possivelmente na tarde desta segunda-feira a maioria dos Deputados ainda não está devidamente inteirada sobre o que se passou neste fim de semana. Inclusive, este Deputado tem informações superficiais, talvez daí porque a não-manifestação dos Deputados, em relação aos acontecimentos de Brasília, ou seja, sobre os pedidos de demissão feitos e aceitos na manhã de hoje pelo Presidente da República, do Ministro das Comunicações, do Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Diretor da Cadeira de Comércio Exterior do Banco Central, se não me engano.

Sem me aprofundar muito - porque não tenho as informações corretas - eu penso

que este fato (mesmo que sem entrar no mérito de como foram conseguidos os telefonemas e as conversações mantidas entre o Presidente do BNDES e o Ministro das Comunicações) mostra que o nosso País ainda precisa se aprender a praticar muito mais a democracia, a transparência; isso mostra que as coisas públicas no nosso País ainda são feitas com absoluta e total falta de transparência e de democracia.

É este o motivo da suspeita deste Deputado e, por que não dizer, da população, de que outros processos de privatização também foram feitos com interesses escusos, onde interesses pessoais se sobrepuseram aos interesses coletivos, públicos da Nação brasileira.

Sobre privatizações, eu tenho e sempre vou ter a minha linha de priorizar, de defender que o Estado mantenha o controle dos setores estratégicos da vida nacional, da vida pública dos brasileiros. Sempre fui e sempre serei contra as privatizações das estatais, estratégicas para o desenvolvimento do nosso País, para que possamos estabelecer, de forma equitativa, a distribuição da renda. Serei sempre contra a privatização, aqui no Estado, dessas estatais, dessas empresas públicas, como a Celesc, o Besc, a Casan, porque em outros países como, por exemplo, o México, que apenas tem uma estatal sob o controle do Estado, nem por isso resolveu os seus problemas, pois continua mergulhado numa profunda crise econômica.

Então, é uma falácia achar que o Brasil, entrando nessa onda de Estado mais diminuto possível, resolve os seus problemas pessoais. A história já tem demonstrado que esse não é o caminho, porque se assim fosse hoje o México estaria numa boa situação econômica, estaria com os seus problemas sociais e econômicos resolvidos.

Uma outra constatação superficial que faço é sobre o paradoxo que estamos vivendo. No momento em que estamos vendendo estatais para o setor privado, para economistas, para empresários nacionais e internacionais, em tese deveria ter a entrada de capitais para que pudéssemos alavancar o nosso desenvolvimento econômico. E ao contrário, mais medidas de recessão, corte dos gastos essenciais na saúde, na educação, em áreas de desenvolvimento estratégico, nas comunicações, nas rodovias e por aí fora.

Um outro detalhe: o Brasil está a fechar um acordo muito grande com o FMI, com o Banco Mundial, se não me engano, de 28 bilhões de reais. Eu até me pergunto: se houver essa entrada de capital do FMI, se houver a entrada desses recursos no nosso País, por que fazer o corte no orçamento previsto para 1999, principalmente nesses setores estratégicos neste País?

Eu, que sou um pouco leigo em matéria de economia, entendo que aí consiste uma contradição, um paradoxo muito grande, cujo assunto o povo brasileiro merece uma explicação por parte das autoridades públicas constituídas neste País.

Eu, se fosse Presidente da República, não hesitaria, pelo que aconteceu com o Ministro das Comunicações e com o Presidente do BNDES, em demiti-los, sem titubear um minuto sequer. Eu até estranho que até o presente momento não tenha sido demitido também um diretor do Banco do Brasil que, constatado numa gravação telefônica, disse que ele já tinha chegado ao limite da sua irresponsabilidade.

*** X X X ***

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a exemplo da demissão ocorrida pelo Presidente do BNDES e do Ministro das Comunicações, também esse diretor do Banco do Brasil deveria ser demitido.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Srs. Deputados Romildo Titon, Wilson Wan-Dall e Eni Voltolini.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, para proceder à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 14 Srs. Deputados.

Não há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente, gostaria de justificar a ausência da maioria dos membros da Bancada do PPB, eis que estão no Encontro Catarinense dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, que está sendo realizado hoje, aqui, na Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Na pauta de hoje constava a discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 012.0/98 e o Requerimento nº 585/98, e a Presidência consultou os Líderes de Bancada para saber da possibilidade de retirá-los da pauta de hoje e incluí-los na de amanhã juntamente com as demais matérias que serão ouvidas.

Esta Presidência gostaria de reiterar o convite feito aos Srs. Líderes de Bancada para uma reunião com a Presidência, após o encerramento da presente sessão ordinária.

O convite é para os Srs. Líderes das Bancadas do PFL, PMDB, PPB, PSDB, PDT e do PT, para que possamos fazer a reunião cujo assunto será a Comissão que vai apreciar o nome encaminhado pelo Governador do Estado para fazer parte do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 012.0/98;

Requerimento nº 585/98;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/98;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei nºs 073, 102, 106, 122, 188 e 214/98;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 275/98.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.